

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • N.º 90 • 15 a 21 de novembro de 1979 • Cr\$ 20,00

DOIS ANOS DE GREVES



Fernando Cabral

Operários da construção em passeata pelo centro de Belo Horizonte

Como romper o cerco da ditadura?

Que lições extrair do fim da greve dos metalúrgicos paulistas? Para alguns, é hora de acabar com as greves que já estariam se esgotando. Para outros é hora de parar e repensar tudo de novo. Mas um balanço destes dois anos de greve, bem como as avaliações de várias lideranças populares apontam outro sentido. O movimento operário está recém descobrindo um novo ciclo grevista na sua história, experimentando e ajustando suas formas de luta para romper o cerco da ditadura.

(Págs. 3, 4, 5 e 6)

José Salles: um novo Partidão?

(Págs. 12 e 13)

A reforma agrária Sandinista

(Pág. 16)

“estratégia” em juiz de fora

Atingindo cerca de 40% do total de votos, a chapa Estratégia venceu as eleições para o DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizadas no último dia 8. Dos 4.620 votantes, “Estratégia” obteve 1.835 votos contra 1.7% de sua principal concorrente, a chapa “Mutirão”, antiga direção da entidade. Participaram ainda das eleições, as chapas “Liberdade e Luta” e “Impacto” (de direita), com 323 e 300 votos respectivamente.

As eleições mostraram um avanço significativo da corrente “Estratégia”, pois a chapa Mutirão, tradicionalmente hegemônica em Juiz de Fora, havia vencido as eleições para a UEE com uma frente de 240 votos à frente da chapa Novação, da qual “Estratégia” era integrante.

(Sucursal de Belo Horizonte)

a expulsão de cláudio marques

Em assembléia-geral realizada no último dia 12, os jornalistas de São Paulo decidiram expulsar o associado CLÁUDIO MARQUES dos quadros da entidade. Noventa e cinco jornalistas profissionais compareceram à assembléia e apenas dois votaram contra a medida. O processo de votação foi nominal.

Cláudio Marques, como se recorda, esteve envolvido nos episódios que levaram à prisão, tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975. Por meio de artigos assinados no *Shopping News* e outros periódicos, Cláudio Marques fez acusações contra Vlado, dedando-o quase diretamente e insuflando a repressão contra “os comunistas infiltrados na imprensa”, como afirmavam (e ainda afirmam) os fascistas de plantão.

A iniciativa da sindicância partiu de um abaixo-assinado de quase 800 jornalistas de São Paulo, dirigido à diretoria do Sindicato. Formada a comissão, cujo relator foi Hélio Bicudo, procurou-se ouvir todas as testemunhas e todos os envolvidos na questão. Cláudio Marques negou-se a depor, enviando apenas uma carta à diretoria do Sindicato. A conclusão da comissão foi a de que o acusado de fato ferira os estatutos e o código de ética da categoria. Diante disso, a diretoria da entidade convocou assembléia extraordinária para apreciar os resultados e propôs a expulsão de Cláudio Marques do Sindicato. Nesta primeira assembléia, realizada no fim de outubro, os jornalistas presentes endossaram o parecer da diretoria, mas preferiram não consumir a expulsão, remetendo o problema para novas discussões em todas as redações. Realizados os debates, foi convocada a assembléia-geral do último dia 12, que quase por unanimidade retirou o elemento Cláudio Marques da entidade sindical dos jornalistas profissionais no Estado de São Paulo.

(Carlos Tibúrcio)

oposição médica

A oposição dos médicos na Associação Médica Brasileira — AMB — não vai abandonar a luta contra o pelego Pedro Cassab, há 16 anos na direção da entidade.

Apesar da oposição ter vencido as eleições realizadas em agosto último por 1150 votos, Pedro Cassab anulou diversas urnas em que ela havia obtido ampla vantagem de votos e se auto-proclamou reeleito por uma diferença de 370 votos.

Mas Cassab não vai ter tranquilidade para manter suas manobras. A oposição vai recorrer à Justiça contra a anulação das urnas e já decidiu não reconhecer Pedro Cassab como presidente da AMB: em todas as Associações médicas estaduais em que a oposição foi vitoriosa ela vai simplesmente desconhecer as decisões de Cassab. (SA)

um ano de impunidade no sequestro do sul

Dia 12 de outubro completou um ano que o casal de uruguaios Universindo Diaz e Lilian Celibari foram sequestrados em seu apartamento em Porto Alegre e posteriormente entregues à ditadura uruguia. O episódio que num primeiro momento foi visto como uma quebra da soberania nacional, pois supunha a ação da polícia uruguia dentro do território brasileiro, rapidamente adquiriu outra conformação. O quebra cabeça montado a partir dos dados dos jornalistas João Batista Scalco e Luiz Cláudio Cunha, da VEJA, punham a nu a ação coordenada das ditaduras dos países do cone sul da América Latina, ao combate e repressão à luta das oposições.

Lilian e Universindo foram sequestrados e presos por mais de uma semana pela polícia gaúcha e depois transportados até a fronteira onde foram entregues a polícia uruguia. Tudo não passaria de uma ação de rotina se um telefonema anônimo não tivesse levado os jornalistas da sucursal da Veja até o apartamento

dos uruguaios. Depois de revistados e interrogados foram prevenidos que aquilo era uma operação também de rotina, tratando-se de estrangeiros que encontravam-se ilegalmente no país. Só que nem o DOPS, nem a Polícia Federal confirmaram a realização da diligência, sem nenhum registro do caso.

A denúncia dos jornalistas levou o caso a público. Desde lá foi um combate constante, que envolveu pronunciamentos do Ministro da Justiça, do ex-governador Sinval Guazelli, a instauração de uma CPI onde 402 policiais lotados no DOPS desfilaram diante dos jornalistas e parlamentares. Não faltou uma morte, a da escritora Elenira Severino, reconhecida pelo filho de Lilian, como a pessoa que tomou conta dele e de sua irmã na primeira fase de sua prisão. As circunstâncias de sua morte até hoje não foram esclarecidas, mas em seu enterro compareceram o governador Amaral de Souza, o vice-governador, o comandante do III exército General Antonio

Bandeira e toda a alta cúpula da polícia civil. De uma forma menos pública não faltaram as ameaças de morte aos jornalistas, ou seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, o surgimento de falsas testemunhas que asseguraram terem visto o casal de uruguaios cruzar a fronteira espontaneamente.

De tudo isso o que temos hoje são os nomes dos principais envolvidos: o do delegado gaúcho Pedro Seeling, que tem presença assegurada nas diversas listas de torturadores publicadas por EM TEMPO, os inspetores Janito Kepler e Orandir Portassi Lucas — Didi Pedalada, conhecido ex-jogador de futebol. O inspetor João Augusto Rosa foi recentemente reconhecido como o comandante das ações do sequestro. Mas pode-se dizer que esses ainda são os peixes menores, os executores de ordens que são tramas nos mais altos escalões das forças que hoje se autoproclamam as defensoras da Segurança Nacional.

(Sucursal de Porto Alegre)

morreu mais um torturador

Mais um policial comprometido até o pescoço com a repressão política da ditadura morreu sem ser julgado. Depois do delegado Sérgio Fleury, quem dançou agora foi David Hazan, diretor do DOPS de Minas Gerais desde 1970.

David Hazan tinha uma longa lista de serviços prestados ao regime militar, apesar de sempre ter afirmado nunca ter torturado nenhum preso político. Acontece que ele deixava esse “serviço” para seus subalternos, mas não só participou como também comandou diversos interrogatórios. Foi aluno do agente da CIA Dan Mitroni e criador do “Brucutu”, carro blindado utilizado para repressão de movimentos de massa. Morreu de ataque cardíaco no último dia 7 e deixa na polícia mineira um grande amigo, o Superintendente da Polícia Civil, Thacir Menezes Sia — torturador assumido. (SA)

a verdade sobre a lepra

A ocorrência de algumas doenças na sociedade às vezes é pouco percebida pela população. Este fato deve-se a várias razões que vão desde a falta de informação até a própria forma pela qual as doenças se manifestam. O caso da lepra é ilustrativo do que estamos dizendo. A sua incidência em Minas Gerais segundo os dados oficiais encontra-se na taxa de três leproso por mil habitantes. Entretanto, esta incidência é sabidamente subestimada. Os números reais seguramente mostrariam uma situação bem pior. Em pesquisa realizada na cidade mineira de Luz, o pesquisador Faria e colaboradores ao examinarem uma amostra significativa de habitantes, encontraram, dentre várias doenças, uma incidência de um hanseniano por cada 100 habitantes. Ou seja cerca de três vezes mais que a taxa admitida pelo Estado.

Os dados apresentados pelo Estado refletem somente aqueles doentes que procuram as unidades de saúde governamentais sendo portanto bem abaixo do real. Estima-se que o diagnóstico de novos casos tem, em

média, um intervalo de tempo de aproximadamente cinco anos.

Por se tratar de uma doença que reconhecidamente acomete principalmente as camadas sociais mais pobres, a lepra tem sido enfrentada de forma bastante diferente de outras doenças como a hipertensão e o enfarte do miocárdio, para a qual são feitas pesquisas e mais pesquisas visando o lançamento de novos medicamentos, um maior conhecimento da doença, o desenvolvimento de novos equipamentos. A solução encontrada pelo Estado para a lepra — doença de baixa transmissibilidade mas muito estigmatizante foi a construção de grandes hospitais para que funcionassem como depósito de doentes, retirando-os da circulação social.

Evidentemente, com o pouco interesse para pesquisas e com condutas segregantes para enfrentar o problema aliadas as péssimas condições de vida e trabalho da maioria da população, a doença encontrou campo propício para se desenvolver.

(Virgílio Balão)

mulheres repudiam o “humor” da isto é

Foi divulgado na semana passada pelo Grupo Nós Mulheres, de São Paulo, um documento, dirigido à Raimundo Faoro, diretor-presidente da revista, “Isto É”, de repúdio à matéria “O procoço verão dos 80” publicada no nº 150 da revista, onde é comentada, de modo bastante distorcido, uma festa promovida pelo grupo.

No documento o Grupo Nós Mulheres faz um histórico de sua existência, desde 1976, expõe suas perspectivas, caracterizadas como um “programa feminista” que “luta pela transformação radical da sociedade”.

O repúdio do Nós Mulheres contou com a solidariedade e o apoio de vários grupos feministas: Associação de Mulheres, Sociedade Brasil Mulher, Pró-Mulher e Centro da Mulher Brasileira.

O Grupo Nós Mulheres relata no documento que:

“No domingo, 28 de outubro do presente ano realizamos uma festa de solidariedade — cujos fundos possibilitariam a continuidade de nossos trabalhos — na qual foi projetado o belíssimo curta-metragem de Suzana Amaral, *Minha Vida, Nossa Luta* e apresentada a peça “A mais forte”, de Strindberg, com a atriz Maria Alice Vergueiro. A festa ademais, contou com um espaço para se dançar, tendo se constituído em um momento de alegria e solidariedade para a grande maioria dos que lá estiveram. Porque, apesar das injustiças bárbaras que caracterizam o país,



CONFUSÕES, CONFUSÕES

O direito de crítica

Por que razão um retornado deve ser intocável?

revista. “Isto É” não tem hábito de conceder espaço para a resposta de pessoas e instituições nela tratadas de forma indevida — veio caluniar, inventar fatos, usar o nome de terceiras pessoas, totalmente estranhas ao evento, e que só merecem nossa consideração e respeito, como a sra. Anita Leocádia Prestes, com o intuito claro de desmoralizar pessoas, instituições e idéias com as quais o articulista não está de acordo, pelo visto. A leitura do nº 150 (pg. 46) da revista já citada só pode provocar a indignação e o repúdio. O sr. Carelli é livre de colocar sua capacidade jornalística a serviço de quem quiser (mas certamente não está do lado dos dominados, explorados e oprimidos de nossa sociedade) mas deve respeitar a verdade: assim, está desafiado a provar as afirmações que formula a respeito de nossa festa de solidariedade. Como estamos seguras que não poderá fazê-lo, por se tratarem de mentiras sórdidas, capazes de florescer somente em cérebros tão pouco sadios como o seu, gostaríamos que o sr., como Diretor Presidente da revista que veicula tão grandes infâmias, utilizasse de seus poderes no sentido de reparar os danos que este tipo de artigo sempre causa. Lamentamos, ademais, ter de declarar publicamente que o sr. Wagner Carelli é um indivíduo mentiroso e caluniador, útil instrumento daqueles que têm interesse em desmoralizar as forças que se opõem à ditadura e ao arbítrio”.

“Infelizmente, jornalistas irresponsáveis e inescrupulosos, incapazes de respeitar um trabalho sério de militância, como o sr. Carelli, utilizando covardemente de uma tribuna que não é garantida aos ofendidos — a

os cearenses mamando nas minas e energia

Uma verba de Cr\$ 7 bilhões e 500 milhões, foi destinada para fazer do Ministro César Cals um “praticante de esportes, um pintor e um jornalista nato”, trilogia vituosa que capacita o nosso bom Ministro a exercer com competência o seu cargo.

Empregos são tirados da cartola e, cargos são preenchidos com a maior bonomia e liberalidade, sempre tendo em vista os interesses do Brasil, é claro. Assim sendo, vemos um dentista ser contratado para o cargo de Superintendente Substituto da Representação da CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) em Fortaleza (realmente o material para obturações anda meio escasso). Dois engenheiros foram nomeados a pedido do Senador Jarbas Passarinho (pertence à família dos rapazes) para preencher importantes cargos em Belém, regimento pagos. Datilógrafas e agentes administrativos são nomeados para cargos de chefia, principalmente na área técnica mineral e de fontes convencionais e alternativas da energia. Além disso, no âmbito da Coordenadoria de Comunicação Social, desde o dia da posse do Ministro, 13 funcionários, sendo que somente 2 deles não cearenses, já foram contratados para a Coordenadoria e outros estão em fase de admissão. Antes da posse do Sr. César Cals, havia no Ministério apenas um fotógrafo/laboralista. Agora, foram contratados mais quatro, três dos quais com salário de Cr\$ 19.558,00 e o quarto com salário de Cr\$ 45.000,00.

Uma coisa porém não pode ser negada: o Ministro presta indiretamente um grande auxílio a SUDENE, ao admitir tantos cearenses em sua pasta.

A propósito: e os outros Ministérios? Não é possível que só este esteja se locupletando com tanta energia...

(Ewerton J. Jorge Filho)

“repórter” apreendido

Pela quinta vez ao longo de sua existência o semanário “Repórter” teve sua edição apreendida. Desta vez, por ordem do Ministro da Justiça Petrônio Portela, a Polícia Federal recolheu a última edição do jornal, sob a alegação de que uma matéria sobre espetáculos de boates cariocas onde são encenados atos sexuais entre casais e entre grupos de mulheres era um atentado à “moral e aos bons costumes”.

Luis Alberto Bitencourt, editor do “Repórter”, protestou contra a apreensão, declarando que “o conceito de moral e bons costumes é muito maleável e se presta a manipulações políticas contra jornais de oposição”.

Já Petrônio Portela, o Ministro da Justiça (?), deve achar mesmo um ótimo costume mandar apreender jornais por aí, coisa que aliás ele já está mesmo se acostumando a fazer.

(Sérgio Allí)



Não parar para pensar

Depois de 15 anos de ditadura, os operários se reencontraram com a greve, a partir de 1978. Os erros e acertos ocorridos na explosão inicial são ensinamentos para a melhorar a sua utilização e não para invalidá-la.

Por Tom Duarte

A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos não desencadeou apenas a mais violenta repressão de massa que se tem notícia na história recente do país contra o movimento operário e popular. Nem a mais virulenta, aberta descarada e magnificamente orquestrada campanha de imprensa. Desatou, também de um momento para outro, uma intensa discussão no interior do próprio campo popular, abrangendo desde aqueles real e sinceramente preocupados com os seus destinos, até os oportunistas de todos os matizes, a direita e a esquerda que proliferam por aí, cada um vindicando para si uma autoproclamada representação dos trabalhadores.

O reformismo do PCB por exemplo, começa a questionar a validade do recurso à greve, baseado numa bem elaborada proposta política que, simplificada, pode ser resumida na preocupação de não criar maiores embaraços à abertura de Figueiredo.

Como já adiantaram com lucidez, na entrevista que concederam ao EM TEMPO os dois representantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, (ver página 5) a lógica dessa posição leva a buscar escamotear, contornar e simplesmente evitar a todo o custo qualquer conflito que revele os antagonismos de classe no país, que coloque operários contra patrões, em nome de um supostamente mais alto interesse em garantir a democracia primeiro, e discutir os demais problemas, depois. "Não tocar a onça com vara curta", é a sentença preferida dessas venerandas figuras.

Cavalgar a greve

Para eles, então, tudo que cheira a "tumulto", que vislumbre a possibilidade de enfrentamento com a reação e com os patrões, tem que ser evitado a qualquer custo, mesmo que com isso se sacrifique a classe operária. Na greve dos jornalistas de São Paulo, a prática dessa posição foi constatada à vontade. Na greve dos jornalistas, o reformismo seguiu à risca o Velho ditado: "se não pode evitar a greve, cavalgue-a, para segurá-la mais adiante".

Infelizmente, para essa corrente, na paralisação dos metalúrgicos tal preceito não pode ser seguido. Antes que cavaleiros, seus seguidores foram cavalgadas de que se serviu prazerosamente o pelego Joaquim.

Críticas perigosas

Mas as coisas estariam mais fáceis se fosse apenas o reformismo fossilizado ou sua ala jovem de hoje, ex-esquerdistas de ontem, mas estalinistas de sempre, que assumissem decididamente a crítica e o boicote à greve. O que preocupa, na verdade, é que inclusive setores do chamado sindicalismo autêntico tenham contribuído — voluntariamente ou não, pensadamente ou à ligeira — para somar com a reforma, levar água ao seu moinho, abrindo flanco para que as posições mais atrasadas se desenvolvessem.

O ABC como exemplo

Não deixa de ser lamentável que o próprio Lula — com toda a autoridade que lhe é reconhecida entre os trabalhadores — tenha dado os seus passos em falso. Algumas de suas declarações, por certo, em nada fortaleceram o campo dos que estão junto à classe operária; não é de se estranhar, portanto, que elas tenham sido profusamente utilizadas pelos editoriais da grande imprensa, que já há algum tempo praticamente silenciavam o seu nome. Falar

que não se pode mentir mais aos trabalhadores ao se pedir 83% de reajuste, "índice que não se sabe de onde vem" como declarou ao Estado de São Paulo é totalmente incorreto. Primeiro, porque em São Paulo o índice de 83% veio através de pesquisas nas fábricas e nas assembleias de comandos, ao contrário do derrotado índice de 50% da "Unidade Sindical", tirado nas cúpulas; segundo, porque mesmo assim, está longe de representar um índice que realmente recomponha os salários dos trabalhadores; em terceiro, porque mesmo a redução dos índices, como foi feita por Osasco, não alterou em nada o comportamento dos patrões que não cederam apenas por falta de uma posição menos intransigente; quarto, é bom lembrar que os metalúrgicos do ABC, ao entrarem em greve, exigiam o índice oficial (44%) mais 34,1% (a título de compensação do que foi roubado em 1973), isto é, 78,1% de reajuste (alguém pensava que os patrões dariam isso?). O que representa, caso se utilize o índice oficial de outubro deste ano (5%), um pedido de reajuste de 84,1%.

E é bom frisar: tanto no ABC, como em São Paulo, se exige o não desconto das antecipações salariais ocorridas antes do dissídio.

É verdade que a posição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo não se coloca contra a greve, levantando em primeiro lugar a necessidade de que estudem formas mais eficientes de sua utilização (embora mais uma vez, não se deva esquecer que em São Bernardo — como foi o caso da Volkswagen — os piquetes tiveram papel importante para a sorte do movimento).

Porque, a arma da greve foi, é, e sempre será, um dos principais instrumentos da luta econômica e política dos trabalhadores, não só no Brasil, como em todo o mundo. E para se utilizá-la eficientemente, não se pense que a solução é ficar pensando, elocubrando apenas: é fazendo a greve que centenas de milhares de trabalhadores aprendem os meandros dessa difícil arte, preparando-se para os grandes enfrentamentos do futuro. E isto tem sido a constante dos últimos dois anos, onde se constatou a emergência de um ciclo preparatório (ver matéria nas páginas 4 e 5) para as grandes lutas que a classe operária tem pela frente;

as mobilizações que eclodiram desde 1978 não são mais do que um ensaio geral para os combates que estão por vir; por isso, mesmo que temporariamente haja uma redução do montante de grevista, isto não implica que a greve tenha se tornado "demodée" ou passe a sofrer um processo de rejeição de parte dos trabalhadores. Certamente, com os ensinamentos do período, eles repensarão os métodos para encaminhá-las, os setores chaves a serem atingidos, sua duração, etc. Mas se trata de uma adequação no interior de um processo, e nada que possa ser resolvido de fora.

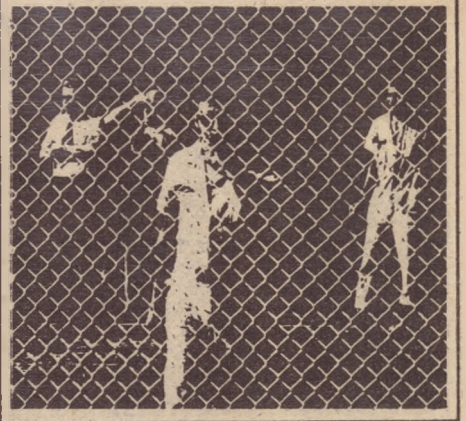
O ciclo começa

O ciclo de greves, no Brasil recém começa, na verdade. Dentro dele, a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos é, sem dúvida um marco novo. Ao mostrar para os trabalhadores com toda a estrutura sindical atrelada — sem que isso signifique a prática do sindicalismo paralelo — através da organização dos comandos de luta, onde a prática da democracia é exercida e aperfeiçoada. Ao mostrar que o movimento sindical tem que dar imensos passos no sentido de penetrar mais profundamente nas fábricas, onde suas bases de organização são débeis, disseminando as comissões de fábricas. Ao deixar claro, enfim, que, para que uma categoria vença, em sua luta, ela não pode estar isolada, tem que contar não apenas com o apoio simbólico, mas com a adesão efetiva das demais categorias, colocando na ordem do dia não só a unificação das lutas: a criação de instrumentos unitários, nascidos com apoio nas bases trabalhadoras, de centralização e direção do movimento (ver opiniões na pág. 6)

Finalmente, a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, afora seus aspectos econômicos, representou, ao nível político, a mais vigorosa manifestação dos trabalhadores contra a nova política salarial do governo e um avanço decisivo na luta pela conquistadas liberdades democráticas em nosso país. E neste particular, para além das questões já levantadas, ela colocou na ordem do dia para os trabalhadores a questão de um partido político que venha a complementar suas formas de organizações sindicais.

Dois anos de greves

Como romper o cerco da ditadura?



Um "batismo de fogo", em Guarulhos.

Depois de doze dias de greve, os metalúrgicos de Guarulhos, apesar de não conseguirem o aumento reivindicado, deram passos importantes no sentido de organizar a categoria.

Cerca de 500 trabalhadores, reunidos em assembleia no dia 9, sexta-feira, decidiram decretar o fim da greve dos metalúrgicos em Guarulhos, um dia após idêntica decisão ser tomada em São Paulo. Nos seus rostos cansados podia-se perceber que já não eram os mesmos de 12 dias antes, quando iniciaram o movimento. A organização da greve, a luta nos piquetes, as assembleias, os havia transformado profundamente.

Começando fria, a preparação da greve só evidenciou um fortalecimento na assembleia que a decretou, no dia 28 de outubro, quando 2400 trabalhadores compareceram ao sindicato. E foi crescendo nos dias seguintes, a ponto de alcançar a paralisação de mais de 70 por cento dos 50 mil metalúrgicos da cidade.

Essa advertência foi feita repetidas vezes pelos oradores que propunham a greve. Eles acreditavam que a paralisação dificilmente alcançaria a 100% das empresas; algumas delas, como Philco e Manesmann, eram verdadeiros desafios que, em alguns momentos, foram vencidos.

Daí a necessidade de se contar com os piquetes para alastrar o movimento, ao mesmo tempo em que se devia esperar a resposta patronal, através da violência policial e que somente poderia ser superada pelo ânimo e pela disposição da categoria.

Na primeira semana, o movimento cresceu e decresceu, de acordo com a menor ou maior intensidade da repressão. Na segunda feira, a decisão tirada em assembleia no domingo, por 2 mil metalúrgicos, de continuar a greve, pôde, ser cumprida, chegando a alcançar 90 por cento da base.

Com a decretação da ilegalidade da greve, na quarta feira, a diretoria do Sindicato quebrou o imobilismo que sempre a caracterizou: recuou, negando qualquer garantia da entidade aos piquetes. Isso, segundo membros do Comando de Greve, foi "um balde de água fria sobre o movimento".

Na realidade, quem sempre levou adiante a luta foi a Oposição Sindical, através do Comando de Mobilização, detectando o ânimo de greve, ao mesmo tempo em que buscava encontrar as formas mais apropriadas para incentivar a paralisação, principalmente através dos piquetes.

Mesmo com condições de manter o estado de greve até o domingo seguinte, o Comando teve clareza de parar na sexta feira, 9, diante do seu esvaziamento, evitando um degaste maior para os trabalhadores.

Sem conseguir o reajuste de 83%, a greve chegou ao fim, mas os trabalhadores não se consideravam derrotados. Como diziam um folheto distribuído na assembleia, "conseguimos mostrar aos patrões a nossa organização e capacidade de luta. E isso eles não vão nos tirar".

De fato, apesar de já haverem participado da greve no ano passado - encerrada pela diretoria quando a adesão aumentava - os metalúrgicos de Guarulhos tiveram seu verdadeiro "batismo de fogo" na greve deste ano, quando puderam utilizar o Sindicato, mesmo a revelia da direção, como um organismo de luta. Além disso, um grande número de novas lideranças e operários combativos foram revelados, capazes de aprender as lições do movimento e voltarem-se para a preparação de novas lutas, sobretudo com o aprofundamento da organização e penetração do trabalho nas fábricas.



SP: Os comandos continuam mobilizados

Defendida na quarta-feira, 8, pela maioria dos comandos regionais, a suspensão da greve só pôde efetivamente ser decidida na quinta-feira, dia 9, quando os mil trabalhadores presentes à assembleia realizada na rua da Carmo, em frente à sede do Sindicato se convenceram da inutilidade de prosseguir, naquele momento. Sequer os aventureiros, que ainda na quarta, se aproveitaram da justa radicalização de uma massa que havia enfrentado bravamente a repressão policial, durante dias a fio, para oportunisticamente proporem a continuidade da greve, ousaram manifestar-se. Enfiaram a viola no saco e foram para o seu canto. De onde não deveriam ter saído, aliás.

Da mesma forma, a seu simétrico, os derrotistas aliados da diretoria pelega do sindicato, não conseguiram dirigir-se à assembleia. Quando um deles tentou falar, buscando capitalizar a derrota, na base de "viram, eu já dizia que a greve ia dar nisso", quase foi arrancado a sopro do palanque. O próprio Joaquim dos Santos Andrade, o pelego, foi obrigado a tirar-lhe o microfone das mãos.

Murchos, desaparecidos dos piquetes, enfundados todo o tempo no sindicato, os pelegos e funcionários do sindicato bem que se assanharam

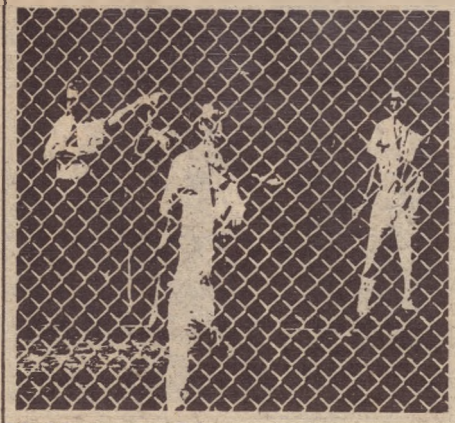
no final de greve. Como já é tradicional, em assembleias pequenas, voltaram a usar de sua habitual prepotência e violência não vacilando em partir para a agressão aberta, utilizando-se de barras de ferro contra operários que ousaram chamar o presidente do Sindicato, de "Pelego".

Essa postura prenuncia o que está por vir nas próximas semanas, antecipando o clima que deverá existir na assembleia da categoria, marcada para o dia 30, no Auditório "Santo Dias da Silva", no Sindicato. Uma franca hostilização aos operários de oposição, orquestrada em conjunto com a grande imprensa e o prestimoso auxílio de certas áreas do sindicalismo, bem como a busca de desmobilização e desmoralização dos Comandos Regionais certamente acontecerá. Aliás, isso já foi, inclusive colocado pelo presidente do Sindicato, Joaquim Andrade, a dois integrantes do Comando de Greve: "de agora em diante acabou essa história de Comando. Quem manda aqui sou eu".

Indiferentes - mas não despreocupados com isso - os Comandos estiveram em atividade no fim de semana que se seguiu à greve. Mesmo com o dia chuvoso, um média de 60 pessoas compareceu em cada um deles, discutindo, em conjunto, a primeira avaliação do movimento grevista,

encaminhando as primeiras decisões para a continuidade da mobilização dos trabalhadores metalúrgicos, que refluí para as fábricas. Na Zona Sul, por exemplo, a mais atingida pela repressão, representantes de 34 empresas estiveram presentes à reunião realizada na sub-sede, no sábado, 10. Distribuir um questionário nas fábricas, visando levantar os principais problemas referentes a greve, organizar o fundo de sustentação dos demitidos (que já alcançam cerca de 600 em toda a capital), promover compras coletivas de gêneros alimentícios e estruturar uma assessoria jurídica aos trabalhadores demitidos e exigir a manutenção da sub-sede pelo sindicato foram as principais decisões. Além disso, o Comando se reúne no sábado, 17, para uma avaliação mais aprofundada da greve (na região sudeste isto deverá ocorrer na quinta, 15), seguida de uma assembleia regional, às 17 horas.

Essa mobilização dos comandos é, sem dúvida, um traço distinto da greve deste ano, se comparada a de 1978, quando praticamente nada restou, a não ser a frustração e a derrota diante da traição da diretoria, que entregou a greve, como saldo organizativo do movimento. (TD).



Exploração com repressão foi a fórmula atualizada e reeditada pelos golpistas de 64 e, como bem se sabe, tendo a classe trabalhadora como seu alvo privilegiado. O arrocho salarial, a política de segurança nacional e a farsa "do milagre brasileiro", pilares dessa concepção, sustentáculos do modelo econômico adotado, tinham por objetivo dar novo fôlego ao desenvolvimento do capitalismo aqui em curso.

O resultado desta política foi a constituição de uma nova classe operária, contada agora aos milhões, que coloca em cena uma revigorada categoria dos trabalhadores, os metalúrgicos.

Este, multiplicados sob a égide do arrocho, com todas as oposições silenciadas, as organizações de cúpula do movimento operário destruídas, os sindicatos desgastados e esvaziados pelas sucessivas intervenções oficiais e transformados em meras agências assistenciais, inaugurarão uma nova etapa do sindicalismo brasileiro. Tempo das oposições sindicais atuantes, dos dirigentes sindicais autênticos e com liderança provada na massa cuja tônica será a busca da independência de classe frente ao estado e aos patrões.

Este somatório de condições abrirá um novo ciclo de grandes mobilizações operárias, jamais vistas mesmo no pré-64. Ciclo este, que se inicia em 1978 adquire ímpetus surpreendentes em 1979 e que, para alguns, já dá mostras de esgotamento, "tornado claro na greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos".

A explosão de 1978

Quem se fixou, entre meados de 77 e maio de 78, na predominância de forma quase absoluta das manifestações estudantis, não poderia imaginar que se gestavam as mobilizações operárias que viriam a seguir. Maio de 78 irromperá, assim, como "raio em céu azul". Se podemos apontar estes dois últimos anos como tendo uma linha de continuidade, contudo, características diversas emergem em um e outro, mostrando que a luta de classes, nos seus momentos de acirramento, modifica-se, procura formas originais e supera-se sempre.

A greve dentro da fábrica

Em 1978, por exemplo, o ABC paulista, que inaugurará este ciclo, abre a tática que vai se repetir por todo o ano: greve dentro da fábrica. E assim serão todas as greves que aí surgem, (ver quadro nº 1, que traz apenas algumas greves deste ano) desde as bem sucedidas até as fracassadas, como a greve dos bancários paulistas. Entre as várias reivindicações, melhores condições de vida e trabalho, legalização das comissões de fábricas e reajustes trimestrais, a tônica será dada pela exigência de aumentos salariais acima do índice oficial do governo, para fazer frente não só a inflação crescente, mas sobretudo para repor o poder de compra mínimo do salário, roubado pelos índices do período deliriano (ver quadro nº 2).

Neste ano, a quase totalidade das greves é feita à revelia ou sem a concordância dos sindicatos. Tanto a greve dos metalúrgicos, quanto a greve dos professores e bancários de SP, são encaminhadas pelas oposições sindicais que durante a campanha salarial das respectivas categorias fazem tomar forma a idéia da greve.

No ABC, a direção encabeçada por Lula, e símbolo do sindicalismo combatente, não assume aberta e oficialmente a greve, colocando-se como intermediária, temendo ainda as possíveis represálias governamentais.

A repressão policial, braço sempre presente e armado dos patrões, assume em 78 várias formas. Decreta-se a ilegalidade de várias greves, com base no decreto nº 4330 (a lei anti-greve), desloca-se tropas da PM e Exército para a imediação dos locais de concentração fabril para intimidar aos operários e, sobretudo, age-se com violência no interior das fábricas. Esta atinge requintes na greve de SP, quando os patrões já estão com maior domínio da situação. Agentes dos DOPS vestidos com macacões misturam-se aos operários, proíbem-se a formação de grupinhos e a ida aos banheiros e obriga-se os operários recentes, ainda sem os 3 meses de experiência, a ligarem as máquinas e trabalharem. Nesse ano a repressão de maneira geral será menos violenta que em 79 e também mais velada. A população saberá menos dela, já que ficará circunscrita ao espaço da fábrica, de acordo com o próprio caráter das greves.

O decreto 1632

Em 1978, não há nenhuma intervenção nos sindicatos, já que nenhum deles assume claramente a greve. Porém, no segundo semestre o governo decreta a Lei 1632, que classifica os setores de economia considerados de segurança nacional,

1978/9

A gestação de um novo ciclo grevista

Ao contrário do que muitos têm sugerido, estes dois anos de ascenso do movimento de massas não esgotaram um ciclo grevista. Suas vitórias, impasses e derrotas são o renascimento do movimento operário sob novas condições.

Por Elvira de Oliveira

com um objetivo claro de coibir o surto grevista, tornar mais ágeis os instrumentos de repressão e, sobretudo, desmobilizar as greves bancárias, como a de São Paulo que se preparava.

Embora a população, como já foi dito, tenha sido francamente favorável às greves, no primeiro momento, ainda pega de surpresa, deu um apoio menos direto, mais exortativo. Apenas no final do ano é que começam a surgir os fundos de greve. Mesmo na grande imprensa, o tom era de respeito e admiração, situação que começa a mudar com a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro e se patenteia com a greve dos jornalistas, agora neste ano.

Quando aos patrões, também surpreendidos pelo vigor dos movimentos, não terão uma atuação uniforme. Na FIESP, por exemplo, começam a ocorrer as divergências entre pequenas e grandes

empresas. Estas, mais propícias a atender algumas reivindicações operárias, aquelas defendendo a intransigência. Na greve dos metalúrgicos de São Paulo, no final do ano passado, no entanto, a situação já estará contornada com a unidade na ação de todos os empresários, que inclusive fazem circular um manual orientador dos empresários nos momentos de confronto.

De maneira geral, frente ao endurecimento da atitude patronal, o prolongamento com conseqüente desgaste para os grevistas e o incremento da repressão, a maioria das reivindicações, quer as que exigem melhores condições de trabalho, quer as mais políticas, são deixadas de lado, permanecendo apenas as de natureza salarial, que galvanizam mais.

Ainda na caracterização das greves de 1978, resta destacar as formas de organização assumidas

pelos movimentos. Na quase totalidade deles, desde as greves metalúrgicas (com exceção do ABC), às greves dos professores, passando pelos bancários, assiste-se ao surgimento das comissões de fábrica e os comandos gerais de greve. Os professores de São Paulo, por exemplo, formaram a partir das assembléias, os comandos regionais e, com a deflagração da greve, dividiram a capital e o interior em 10 regiões, das quais nasceu o comando geral. Já com os metalúrgicos de São Paulo, a estrutura foi basicamente a mesma, só destacando-se aí o fundo de greve.

As novidades de 1979

Se em 1978 será em São Paulo que se darão a maioria das greves e as mais importantes, 1979 verá não apenas a sua multiplicação, como também sua difusão por todo o país (Ver quadro nº 3, com algumas greves). Tanto o sul como o norte

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES GREVISTAS EM 1978

	REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS
METALÚRGICOS — ABC	30% acima do índice	24,5% acima do índice
METALÚRGICOS — BETIM	20% acima do índice	12% acima do índice
METALÚRGICOS — SP.	70% a 74%	58% de aumento
METALÚRGICOS — João Monlevade	20% acima do índice	10% acima do índice e antecip. de 5%
PROFESSORES — SP.	27% a 39% acima do índice	20% parcel. acima do índice

DURAÇÃO DAS GREVES 1978

	INÍCIO	FINAL
Metalúrgicos ABC	12/05	31/05
Metalúrgicos Betim	20/10	31/10
Metalúrgicos São Paulo	27/10	02/11
Metalúrgicos João Monlevade	31/08	03/09
Professores	19/08	12/09

O pré-30 e o pós-45

As explosões anarquistas e o "controle" populista

De maneira definitiva, Maio de 78 já se constitui em marco para a memória da classe operária. A grande maioria da população e principalmente os mais jovens, para os quais aquela era a primeira greve que presenciavam, saúda com inusitada admiração o "levantar de cabeças" e o "falar mais alto dos operários". Pelas ruas, bares, em grupinhos ou salas de aula o sentimento de júbilo era patente, como a demonstrar que, com aquela greve, muita coisa começava a ser cobrada: os anos de repressão e prepotência, a miséria agravada, o empobrecimento gradativo e flagrante.

Este sentimento também se justificava, pois pouco ou quase nada vazou para o público das formas de resistência e enfrentamento encontradas pelos trabalhadores em seu cotidiano após Osasco e Contagem em 1968: as greves relâmpago, as paradas parciais, as operações tartarugas, os quebra-quebras de máquinas e instalações etc.

Se este período mais recente é praticamente desconhecido, o que dizer dos anos mais remotos. Quando muito, lembra-se de algumas greves mais importantes.

Porém, se se olha para trás, fatos como os que mobilizaram as atenções nos últimos dois anos - os pujantes movimentos reivindicatórios dos trabalhadores de 1978/79 - não são exceção. Ao contrário, são constantes as inúmeras greves, como constante também é a intensa repressão, tanto dos vários governos como dos patrões.

Operário sempre foi caso de polícia

Se o movimento operário precisou e buscou renovar-se, em suas formas de atuação, superando-se em vários momentos, a resposta patronal com episódicos nuances, tem sido sempre a mesma. A cada ciclo de mobilizações operárias, reedita-se a velha fórmula, de que "a questão operária é caso de polícia". Aqui a história se repete e sempre como tragédia.

No passado da luta operária, no entanto, pelo menos dois períodos podem ser destacados, não apenas porque encerram exemplos de grandes greves e mobilizações dos trabalhadores, mas também porque, pelas formas diversas de condução que estas tiveram, demonstram que o desenrolar das lutas não é simplesmente linear.

O primeiro momento, é aquele do pré-1930, caracterizado pelo domínio anarquista, tanto nos movimentos quanto nas formas adotadas pelas lutas do dia-a-dia e pelas organizações operárias, que não se constituirão, predominantemente,

como sindicatos, mas como Uniões e Ligas de Defesa Mútua. As inúmeras greves, das quais as de 1917, 18 e 29 são modelares, mostram a efervescência destes anos.

Entre 1917 e 1921, por exemplo, houve 150 greves na capital de São Paulo, 46 no interior e 84 no Rio de Janeiro. A repressão policial também se faz presente, dispersando passeatas, comícios ou piquetes, prendendo, ferindo e matando grevistas e deportando lideranças destacadas. Estes fatos, e mais, a tática dos anarquistas que não priorizava a organização dos trabalhadores, pela base num construir cotidiano, e nem se preocupava em estruturar mais efetivamente os movimentos grevistas, levaram a uma perda de fôlego das mobilizações. Neste quadro é que pode emergir Vargas, com um discurso diferente e encampando várias reivindicações e palavras de ordem dos operários, como a jornada de 8 horas, a proteção ao trabalho da mulher e do menor etc.

O ciclo populista

Face diversa terá o segundo período, o ciclo populista (1946/63), como comumente é chamado. Nele, será destacado não só o papel da estrutura sindical corporativista, forjada durante o Estado Novo (1937/45), mas também a presença e hegemonização do movimento operário do PCB, com sua tradicional política de colaboração de classes.

Para alguns, com exceção do início da década de 60, estes anos comprovariam a tese da "paz social" entre trabalhadores e patrões.

Porém, a história é bem outra. Olhando para o quadro ao lado, conclui-se que as greves sempre estiveram presentes e com uma pujança considerável. E este ciclo não vai iniciar-se apenas finalizada a ditadura Vargas, mas já em 1944 começa a mostrar os seus primeiros sinais.

É nesse ano, em abril, que os ferroviários, categoria que fora extremamente mobilizada no passado, retoma sua trajetória e abre o período com uma grande greve geral do setor englobando 50.000 trabalhadores. Em 1946, até fevereiro vamos ter um saldo de 60 greves, com 100.000 trabalhadores parados em São Paulo. Destas, 12 são organizadas pelos próprios sindicatos, 13 fora dos sindicatos e sob orientação do PCB, e 15 dirigidas por comissões de fábrica, que começam a se multiplicar, principalmente no setor têxtil. Em 23 de fevereiro estoura a greve nacional dos bancários, que engloba 10 Estados. A partir deste momento cresce a repressão, que atingirá seu ponto culminante em 48, quando de nova greve dos ferroviários. Esta será quase geral, com 60.000 trabalhadores parados. A violência contra

os grevistas é tanta que os policiais não se limitam a dispersar e prender manifestantes, mas invadem suas casas, à noite, e os levam. Além de centenas de feridos, este movimento terá vários mortos e a situação torna-se de tal forma insustentável que a comissão de greve terá que passar para a ilegalidade.

A repressão não era menor

No período de Juscelino é que se inaugura o costume de declarar as greves como ilegais, abrindo brechas para todos os tipos de desmandos. Em 1959 há uma proposta do Conselho Nacional de Segurança para acabar com as organizações paralelas aos sindicatos, mas nem assim os movimentos arrefecem.

Embora encontremos importantes greves dirigidas por comissões de fábrica, como as de 1953 e 1957, muitas feitas à revelia dos sindicatos, o característico deste ciclo será a presença e atuação das entidades de cúpula, com muito pouca penetração na massa, como o PUI, Pacto de Unidade Inter-Sindical, e o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, hegemonizados pelos comunistas.

Controlado de várias formas, o movimento operário terá, neste período, sérios obstáculos para crescer politicamente, organizar-se a nível de base, afirmar a sua independência de classe e manter-se mobilizado mesmo fora das campanhas salariais e das greves. Os 3 primeiros anos da década de 60 apontavam nesta direção. Ali já se podia perceber os sinais de esgotamento não só de uma estrutura sindical embolorada, burlada de mil maneiras, como também a necessidade da construção de uma efetiva direção política para a classe operária, que pudesse fazer avançar a luta mais geral no rumo de uma transformação social de fundo.

ANO	Nº GREVES	Nº GREVISTAS
1948	—	250 mil
1951	173	370 mil
1952	264	420 mil
1953	—	800 mil
1954	—	1.200 mil
1955	—	500 mil
1959	954	255 mil
1961	105	—
1962	123	—
1963	162	—

serão sacudidos por dezenas de movimentos, alguns como o dos pedes de Belo Horizonte, que abalaram a todos, trazendo em si, germes de insurreição popular. Este ano, será aberto novamente pelos metalúrgicos do ABC paulista, que colocarão em prática a nova linha seguida pelos movimentos que viriam depois.

"Hoje há tanto ou mais consciência do que a que houve no ano passado. Em março houve um movimento maduro. Quem frequentou o sindicato nas últimas assembleias viu que os trabalhadores estão sabendo o que querem efetivamente. Entretanto o tipo de greves que foram feitas em maio já não terão mais sucesso hoje porque a repressão interna nas empresas é algo descomunal e talvez os trabalhadores não agüentassem a repressão. É por isso que resolvemos tirar os trabalhadores de dentro das fábricas". Destas palavras de Lula, emerge a nova característica que terão as mobilizações do ano, onde ressurgirão, e com papel destacado, os piquetes. Exceção à nova tática adotada será apenas a greve dos metalúrgicos de João Monlevade, que ainda terá por tema: "Braços Cruzados, Máquinas Paradas". Mesmo os professores do Rio, em sua última greve, não foram às escolas assinar o ponto, pois agora, segundo Godofredo da Silva Pinto, presidente da Sociedade Estadual dos Professores, é a força do movimento e não o livro-ponto que garantirá o pagamento dos dias parados".

Acompanhando o novo estilo e, coerente com a política de intransigência em bloco adotada pelos patrões, e o endurecimento do governo, a repressão investe com violência inusitada sobre quase todos os movimentos, dificultando concentrações de trabalhadores, dispersando piquetes, prendendo, matando e transformando muitos movimentos, de início apenas econômicos, em manifestações inequivocamente políticas.

Somente na greve dos funcionários públicos de São Paulo, metalúrgicos de João Monlevade e, surpreendentemente, canavieiros de Pernambuco é que ela não estará presente com a truculência habitual.

O assassinato do operário de construção, Oracílio Martins Gonçalves, em Minas, que causou profunda consternação e revolta, já vai se tornando lugar comum na folha corrida dos patrões e Estado, com as várias mortes que lhe seguiram.

Quanto às reivindicações, não obstante as econômicas tenham preponderado, as de caráter político se corporificaram, colocando em cena a exigência dos delegados sindicais, da legalização das comissões de fábrica etc. Somado a este fato, ilustrativo do avanço e amadurecimento dos trabalhadores, a última grande greve ocorrida, coincidindo com a nova política salarial do governo

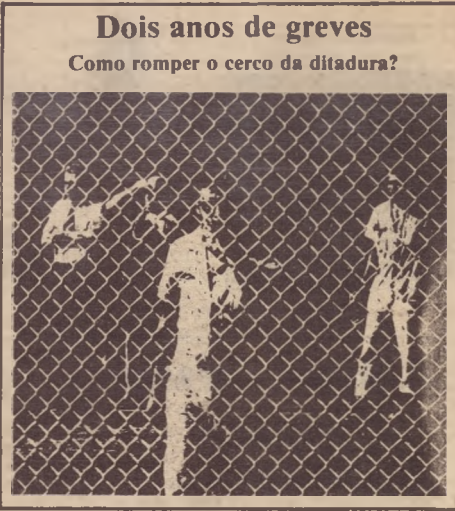
1979 PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES		
REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS	
METALÚRGICOS		
ABC — São Paulo	70% c/piso de 3 sm.	63% menos 11% de antecipação
BH — Mannesmann		20%
Rio de Janeiro	83% c/piso de 6.114	75% menos 30% antecip.
BH — Contagem e Betim	80% c/piso de 8.000	64% c/piso de 4.000
João Monlevade e Sabará	Aumento fixo de 4.000 c/piso de 8.144	Fixo de 2.700 c/piso de 5.200
São Paulo e Guarulhos	83% c/piso de 7.200	67% escal.
PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		
Rio de Janeiro 1ª Greve	Piso de 13.400	Atendidas integralmente
2ª Greve	Idem, acordo não cumprido.	30%
Rio Grande do Sul	70% c/piso de 3 sm.	70% e 4.000 de piso
São Paulo	70% + 2.000 fixo	2.000 fixos pagos com irregularidade até agora.
Minas Gerais	Aumento variando entre 13.480,00 e 8.986,00	Piso de 6.000
CONSTRUÇÃO CIVIL		
Belo Horizonte	8.000 para pedreiros, 5.000 para serventes	6.500 para pedreiros, 3.600 para serventes.
Porto Alegre	100%	Antecip. até 22,5% p/serventes 70% p/pedreiros
MOTORISTAS		
São Paulo	80%	60% menos 20% de antecip.
Rio de Janeiro	8.537, p/motoristas	7.200, motoristas, 4.110 p/cobreadores
Belo Horizonte	7.500 motoristas, 3.700 p/cobreadores	7.000 p/motoristas, 2.600 p/cobreadores
BANCÁRIOS		
Rio Grande do Sul	76%	15% escalon. acima do índice.
CANAVIEIROS		
Recife	100%	52%

a greve dos metalúrgicos de São Paulo - coloca para o movimento operário como um todo, questões a serem avaliadas.

Para a organização de suas mobilizações, os trabalhadores enfrentam, no geral, nestes anos, os velhos impecilhos já apontados: a estrutura sindical corporativista e os onipresentes "pelegos". É um dado novo que vem somar-se a estes e aprofundar as dificuldades dos trabalhadores: a divisão interna das oposições sindicais. A greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1978 aprofundou

as divergências que crescendo na conjuntura aberta em 79, jogaram para a unidade com o peleguismo várias forças até então nas oposições.

Porém, menos do que ilustrar o estertor de um ciclo grevista esta última greve está a evidenciar que os trabalhadores estão tateando o caminho próprio para este novo ciclo, semelhantemente ao que fizeram no começo do século e, novamente, depois de um refluxo, a partir da agonia Estado Novo.



DURAÇÃO DAS GREVES 1979			
METALÚRGICOS			
ABC — S.P.	INÍCIO 12/3	FINAL 27/3	Nº DE GREVISTAS 150 mil
BH — (Mannesmann)	23/5	29/5	10,5 mil
R.J.	12/9	18/9	250 mil
BH — (Contagem e Betim)	26/9	4/10	50 mil
S.P. e Guarulhos	28/10	8/11	280 mil
PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			
R.J. 1ª Greve	12/3	23/3	110 mil
2ª Greve			
São Paulo	1/8	23/8	110 mil
R. G. S.	17/4	22/5	280 mil
M. G.	2/4	15/4	86 mil
	20/5	30/6	70 mil
CONSTRUÇÃO CIVIL			
B. H.	29/7	4/8	90 mil
P. O. A.	13/8	28/8	70 mil
MOTORISTAS			
S.P.	2/5	4/5	60 mil
R.J.	2/7	4/7	220 mil
B.H.	5/7	7/7	10 mil
BANCÁRIOS			
R.G.S.	15/9	19/9	12 mil
CANAVIEIROS			
P.E.	1/10	8/10	20 mil

Greve, arma contra a política salarial

Um balanço preliminar da greve dos metalúrgicos, feito por dois integrantes da Oposição Sindical de São Paulo, Cleodon Silva e Franco Farinazzi -, exclusivo para o EM TEMPO

Por que a greve ficou isolada? Franco Deve-se ter claro que as greves dos dois últimos anos se deram num quadro conjuntural favorável, com uma abertura para os sindicatos que, inclusive, contaram até com um certo apoio ou neutralidade de setores da burguesia. Essa luta se deu basicamente ao nível econômico; como os trabalhadores não tinham (como ainda não têm) um partido político próprio que lhes permitisse posicionarem-se enquanto classe ela ficou relegada ao terreno sindical, puramente.

O que se viu, nesse período, foi o governo retomando a iniciativa política, tentando articular um novo pacto social. Do ponto de vista econômico, ele implicava em que as negociações tinham que obedecer a certos parâmetros, com os aumentos salariais reduzindo-se às possibilidades das empresas que, como vimos nesta campanha dos metalúrgicos, colocavam a questão da seguinte forma: "nós temos esta proposta; ou vocês a aceitam ou nós encaminhamos para o TRT".

Do ponto de vista político, com a cartada da reforma partidária e da anistia restrita, o governo logrou o apoio de alguns setores, que apostam numa abertura também maior para si: no movimento operário está muito em voga a posição que pretende relegar a um segundo plano as reivindicações econômicas e imediatas dos trabalhadores, porque elas criam confrontos e problemas para a "abertura".

Somos contra essa posição, enquanto Oposição Sindical. Sabíamos, desde o começo da campanha, que hoje há uma situação política que isola o movimento operário, que já não conta com o mesmo apoio anterior, tem contra si muitas direções sindicais e organizações políticas, sem falar no MDB ou nos empresários "democratas" do tipo Villares Bardella e Francini, que apoiam abertamente a repressão policial contra o nosso movimento.

E tínhamos claro isso, levamos essa avaliação para dentro dos comandos, mostrando com toda a franqueza as dificuldades que iríamos enfrentar no caso da decretação da greve. Nós sempre achamos que ela não é um fim em si, é uma arma que deve ser utilizada em situações em que ela for absolutamente necessária.

— Alguns setores acusaram a oposição de haver levado o movimento a um impasse. Nós não criamos, em toda a campanha, uma

situação de impasse. Colocávamos que, se os patrões não apresentassem uma proposta que atendesse minimamente aos interesses dos trabalhadores, não poderíamos discutir. Recusávamos a diminuir os índices, porque não se tratava de reduzi-los apenas; o que estava em jogo era uma situação de força. A justiça da nossa posição ficou demonstrada pelo sindicato de Osasco, que por duas vezes reduziu os índices, sem que nada resolvesse, acabando por aceitar as migalhas que os patrões ofereciam.

— Houve participação ampla dos trabalhadores na deflagração da greve?

Franco Eu acho que o processo de organização e discussão que criamos para a decretação greve foi muito importante. Nesse sentido, ela foi corretamente encaminhada, porque se criaram mecanismos de organização e discussão democráticos, embora ainda não respondesse a todas as necessidades do movimento. Nossa organização não se restringiu apenas à estrutura sindical, fomos muito além de que ela permite, criando toda uma organização que não existe no sindicato, a fim de encaminhar um processo de substituição dessa mesma estrutura.

Silva — Quanto à questão da oportunidade, é preciso ter claro duas questões. A primeira, é que os trabalhadores somente se educam quando fazem sua própria experiência, quando participam de uma luta. Sabíamos que a repressão viria, mas o que iríamos fazer? Iríamos recuar, cruzar os braços? Será que somente poderemos (e deveremos) levar uma luta quanto tivermos absoluta certeza de uma vitória final ou quando a burguesia permitir?

Outra questão, que é mais específica de São Paulo. Essa greve mostrou quem realmente está do lado dos trabalhadores. Todos viram que algumas pessoas nem puderam falar nas assembleias, tamanho o repúdio dos operários às suas posições. Da mesma forma, inclusive toda uma série de sindicalistas ditos "autênticos", cuja única ação contra a política salarial do governo foi convocar um ato público — como se isso fosse coisa realmente eficaz — se desmascarou. No momento em que 400 mil trabalhadores entram na luta direta contra essa política, esses sindicalistas não manifestam uma solidariedade efetiva-praticamente nenhum sindicato apoiou de maneira decidida os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos — abrindo espaço para que a repressão fizesse o seu trabalho tranquilamente.

— Vocês poderiam falar mais da organização da greve, da formação dos Comandos?

Silva — Os comandos são a grande questão. São o terror da burguesia, da reforma e das direções cupulistas. Por quê? Porque os comandos são constituídos a partir das representações dos companheiros das fábricas, e que podem ser substituídos a qualquer momento pelos próprios trabalhadores. Todas as questões são discutidas democraticamente e sempre são levadas as posições definidas pela maioria. Isto é uma coisa nova, que as direções cupulistas, personalistas e os pelegos não podem aceitar. Não se fala em personalidades, no nome deste ou daquele líder, o que é decisivo é direção-colegiada, do comando, bem diferente do ABC, onde só aparecia o Lula, que é uma direção reconhecida, mas personalista. É verdade que para uma massa de trabalhadores acostumada à lideranças carismáticas, sem uma prática democrática maior, a assimilação e aceitação da direção dos comandos é um pouco mais lenta.

Embora os comandos tenham tido uma atuação importante ao nível de cada região, o fato é que não se logrou formar um Comando Geral da Greve. Então, a greve se deu regionalizada, ressentido-se da falta de uma maior centralização.

— Como está o clima nas fábricas, com a volta ao trabalho?

Silva — O pessoal que está voltando às fábricas — os que não foram demitidos — estão sendo olhados com muito respeito pelos demais. O pessoal está de cabeça erguida — ao contrário do que ocorreu no ano passado — e pensando em continuar a luta. Isso porque eles sentiram que não foram traídos pelos Comandos ou pela Oposição, que a greve não continuou exclusivamente porque a repressão dos patrões impediu. Além disso, as reuniões que os comandos fizeram após a greve, contaram todas com um número importante de companheiros.

— E como a repressão atuou ao nível da consciência dos trabalhadores?

— Um outro saldo político importante foi a identificação do caráter de classe do Estado, que se tornou bem claro para uma parcela significativa dos trabalhadores. Eles se perguntavam: por que a polícia está na porta das fábricas? Por que ela reprime os piquetes? Ficou claro para eles que o Estado é dos patrões, e que a polícia está aí para preservar os seus interesses. A própria massa assumiu, depois da morte do companheiro Santo,

a palavra de ordem de que "a polícia dos patrões mata operário", gritada nos piquetes e passeatas. Ficou também evidente que para o êxito de uma greve é fundamental a organização de luta contra a repressão.

— Como evitar o isolamento?

Silva — A greve mostrou que uma categoria isolada não tem condições suficientes para assumir uma greve contra a política salarial, colocando na ordem do dia a greve geral de todas as categorias. Daí, a necessidade de se pensar em formas de se articular essa ação conjunta, através de organismos sindicais que unifique as lutas e, também, da articulação política dos trabalhadores, no sentido de organizar o conjunto da classe na luta contra a exploração.

— Mais duas questões uma é a do recuo, porque não ocorreu antes da quinta feira. Outra é sobre a unidade acusam a oposição de fracionista?

Silva — O recuo deve ocorrer no momento em que for objeto de uma discussão ampla, de maneira que todo mundo entenda. Na quarta feira, quando a maioria dos comandos defendeu o recuo, creio que houve um pouco de vacilação e a massa, que estava radicalizada, passou por cima: é uma questão difícil para quem lutou nos comandos, foi preso, esteve nos piquetes, etc, correr o risco de ser chamado de "traidor" e "pelego". Isso explica a pouca firmeza quando se defendeu o recuo, o que abriu espaço para que alguns aventureiros propusessem à continuidade da greve. Já na quinta não houve problema, foi pacífica a aceitação dessa posição.

Quanto à questão da unidade: ela nunca foi tão desenvolvida. A oposição entendeu rapidamente o papel dos comandos como organismos de massa, onde entram todos os trabalhadores, qualquer que seja o seu pensamento, sindicalizados ou não.

Nossa atuação foi no sentido de fortalecê-los, não procuramos nos colocar como alternativa organizatória. Nós colocamos, sim, como uma alternativa de direção. O fato da maioria dos comandos estarem sob a direção de companheiros da oposição, significava apenas que éramos os elementos mais destacados, merecedores da confiança da categoria. Inclusive, os comandos fecharam toda possibilidade de divisionismo: quando os pelegos e a reforma se afastaram deles, acabaram totalmente isolados.

As greves em questão

Aqui, diversas lideranças populares avaliam a greve dos metalúrgicos de São Paulo e respondem à pergunta: o movimento grevista está em crise?



A luta de classes mudou

Perseu Abramo, dos jornalistas de São Paulo

Estes dois anos têm se caracterizado pelo começo de algumas mudanças no próprio caráter da luta de classes no Brasil. Nos últimos 15 anos a contradição que aparecia mais flagrantemente era aquela entre a sociedade civil e o regime. E do lado da sociedade civil as manifestações oposicionistas partiam principalmente de entidades ligadas à classe média. A partir de 1977, mais nitidamente a partir de 78, começam a ressurgir de modo mais visível os movimentos de caráter reivindicativo, tanto operário como populares.

Em 79 assistimos a alguns indícios de que estes movimentos se dirigem não somente contra o patronato mas também contra o regime e o governo. Foi o caso em Minas, no Sul e agora em São Paulo mais destacadamente. É a isto que chamo de mudança no caráter da luta de classes no Brasil. Mas é preciso ver se há aí uma tendência ou apenas manifestações de caráter episódico.

Agora um dado novo nisto é a diminuição do caráter mobilizativo e agitado das primeiras mobilizações e a demanda por uma rearticulação partidária por parte dos trabalhadores e demais camadas populares e também em parte explique o relativo fracasso de muitos dos recentes movimentos grevistas, como os jornalistas, os bancários e os próprios metalúrgicos agora.

Em termos de movimento operário fica cada vez mais evidente a necessidade de se criar as comissões de fábrica, de se avançar na organização a nível dos próprios locais de trabalho. Complementando esta organização vem também a colocação na ordem do dia das organizações político-partidárias próprias.

O caso da greve dos metalúrgicos de São Paulo atesta estes problemas. Ela vem na linha dos últimos movimentos grevistas. Praticamente nenhum ganho econômico e um saldo político discutível. Claro que o fato de milhares de trabalhadores saírem às ruas é um avanço político. Mas as condições de permanência da organização que se logrou através da greve é discutível.

Estamos num impasse

Arlindo Ramos, dos Bancários de Minas

Eu acho que o movimento sindical está em um impasse, ou melhor, está em uma hora de necessidade de reflexão tendo em vista que, com os espaços políticos abertos pelos trabalhadores a partir do ano passado, os movimentos grevistas foram utilizados como único meio para a reconquista do poder aquisitivo do salário achatado durante os últimos anos. Mas os trabalhadores estão, a meu ver, numa fase de reaprendizado do exercício do direito de greve. Nós temos de diferenciar greve de fábrica de greve de trabalhador de colarinho, nós temos de ver onde funciona o piquete etc. Temos, inclusive, de chegar à conclusão de que as greves que aconteceram de 78 até aqui foram greves com um conteúdo econômico, não tinham uma motivação política mais profunda. Nós temos de concluir, diante do fracasso de grande número de movimentos grevistas, em voltar para as bases, fazer uma pregação política, mostrar as injustiças do capitalismo, enfim.

As greves são políticas

Wagner Benevides, dos Petroleiros de Minas

É patente que as greves feitas por categorias onde os dirigentes sindicais defenderam a participação política dos trabalhadores, foram claramente melhor organizadas, em relação aos que se abstiveram de debater estas questões no interior dos sindicatos.

Isto vem mostrar que a política está presente e de modo importante nas lutas reivindicatórias. O que temos que fazer é saber organizar, desenvolver e parar uma greve no momento exato.

Saber usar a greve

Trechos do documento «Todo apoio à classe operária», da Comissão Executiva Regional do PCB, de agosto de 79

O movimento dos últimos meses também revelou elementos negativos, insuficiências que é necessário superar no próprio processo das lutas. O grau de organização demonstrou-se ainda baixo em muitas categorias, prejudicando o movimento. Descoordenados, sem lideranças definidas, os trabalhadores da construção civil de Minas Gerais, por exemplo, foram vítimas de provocações direitistas que custaram a vida a um grevista.

É preciso mostrar a todos o que a experiência já ensinou, as vantagens para as lutas pelo maior grau de sindicalização possível, da conquista das diretorias dos sindicatos por operários honestos, combativos, verdadeiramente representativos das respectivas categorias. Durante a preparação das campanhas salariais, em reuniões e assembleias, deve-se formar comissões, escolher os negociadores, planejar bem as campanhas.

A greve é a mais poderosa arma dos trabalhadores, aquela que fala a língua que os patrões entendem, pois mexe com seus lucros. Justamente por ser tão poderosa deve ser bem usada. Mesmo vivendo tantos anos sob a feroz repressão, a classe operária brasileira acumulou experiências sobre diferentes maneiras de usar a greve. Apesar dessas experiências, os movimentos surgidos desde maio de 1978 têm recorrido quase sempre à greve por tempo indeterminado, para forçar os patrões a ceder. A surpresa dos primeiros momentos fez com que, em alguns casos, os patrões cedessem. Mas logo aprenderam a resistir: aproveitando o fato da organização insuficiente dos trabalhadores, da falta de fundo de greve, etc, para tentar vencer as greves pelo cansaço, prolongando-as intencionalmente. E assim conseguiram dobrar a resistência de várias categorias.

Um desafio, portanto, se põe para o movimento operário: construir táticas que peguem os patrões de calça curta, que impeçam que eles encurrem os grevistas, os levem à exaustão e à derrota, à desmobilização. Para isso, é preciso usar a greve de outros e vários modos: greve-tartaruga, greve de 48, de 24 horas, greve de 2, de 1 hora, dentro da fábrica, fazendo assembleia. E, sobretudo, deve-se combinar as paralisações com outras formas de pressão, desde assembleias imensas, aos desfiles e passeatas. Mesmo greves de fome (recusa de usar refeição, como na Cosipa este ano) podem dar aos patrões a idéia de que a categoria está unida e disposta a lutar, levando-os a recuar e fazer concessões.

A necessidade do PT

Paulo Skromov, dos Coureiros de São Paulo

A vitória fácil obtida nas primeiras greves do período se deve em grande medida ao despreparo do governo e dos patrões para enfrentar a situação. O governo não interveio imediatamente para não politizar o movimento na expectativa de um refluxo rápido das greves.

Mas as greves se intensificaram, obrigando o governo a uma mudança de postura que se nota patentemente na greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro deste ano. A marca é a repressão ostensiva e brutal.

As derrotas que vêm se acumulando ultimamente só têm uma resposta. É necessário dar um salto qualitativo passando também para o plano político a ação do movimento operário.

Não é possível que as lutas se baseiem tão somente nos sindicatos. Um canal político de organização e luta é cada vez mais necessário e, aí, o PT seguramente terá seu lugar.

Para a campanha do ABC no começo do ano acreditamos que a ampliação da ação operária para além do ABC será necessária. Greves de solidariedade deverão ocorrer ou então deve-se pensar em uma reivindicação a mais, geral, que possa dar ensejo à entrada em cena, simultaneamente, de outras categorias.

Enfim, não vejo a greve agora dos metalúrgicos da capital como uma derrota. De forma alguma. Ela marca, isto sim, a necessidade de uma virada nas formas e métodos de luta,



Sou piqueteiro, com orgulho

Aurélio Perez, metalúrgico e deputado pelo MDB

Ainda não se tem uma análise mais aprofundada do movimento grevista de São Paulo, Guarulhos e Osasco, e vai-se demorar ainda alguns dias para se ter uma melhor avaliação, muitos detalhes precisam ainda ser conhecidos para se chegar a uma conclusão. Contudo algumas conclusões já são possíveis. Por exemplo, foi um avanço do movimento na medida em que se tentou fazer um trabalho antes mesmo da deflagração da greve, trabalho que há muito tempo não se fazia na categoria aqui em São Paulo. O trabalho de reuniões por fábricas, assembleias regionais, formação dos comandos, juntamente com a diretoria do Sindicato, a transferência dos poderes de conduzir a greve para estes comandos, o que nunca se fez aqui em São Paulo, foi, em termos de organização, um grande avanço. Do ponto de vista econômico há afirmação de que não se conseguiu grandes coisas, mas eu não tenho esta mesma opinião porque pelo simples fato de existir a ameaça de uma greve o acordo já vem com algumas vantagens. Contudo vamos admitir que não houve ganhos econômicos. Mas, houve nesta greve grandes ganhos políticos.

Primeiro, havia um certo descrédito na categoria por causa do fracasso da greve do ano passado. A categoria estava apática e não acreditava mais na greve e deu muito trabalho aos

companheiros levantar esta moral que estava realmente baixa por causa da greve passada e isto se conseguiu com esta greve. Um segundo ponto que deve ser levantado é que muitos companheiros não acreditavam na possibilidade de deflagração de uma greve em São Paulo e estes companheiros defenderam esta idéia até a última hora, dizendo que a greve não era oportuna e não era conveniente e isto ficou desmascarado porque a greve foi deflagrada, foi duramente golpeada, mas conseguiu se reerguer.

Houve momentos em que houve grandes vitórias do ponto de vista político. Eu posso dar um testemunho disto, apesar de a imprensa ter dito que eu fui uma infiltração na greve mas penso que a imprensa deveria se lembrar, mas ela tem uma memória muito curta, de que se eu sou deputado hoje eu não deixei de ser metalúrgico, eu continuo a ser metalúrgico e, portanto, eu tenho o direito e o dever de estar na frente da greve e comandar piquetes inclusive e como deputado, representante da classe operária me parece que eu tenho também esta obrigação. Gostaria de lembrar a imprensa que eu ainda sou metalúrgico, tenho a minha carteira assinada e as minhas mensalidades com o sindicato estão em dia. Sou metalúrgico, com muita honra e quero reafirmar que sou piqueteiro mesmo, fui piqueteiro mesmo.

O porque do fracasso

Severino da Silva, dos Metalúrgicos de São Bernardo

Outra greve fracassada, para maior descrença dos trabalhadores e frustração do movimento sindical. É preciso por um parêntese nessas experiências aventureiras. O que se viu, quarta-feira, na assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, foi a maior prova do desastre a que estão conduzindo os movimentos reivindicatórios. Uma direção sindical abatida moralmente não teve pulso para dirigir a massa de trabalhadores e evitar os atos provocativos. Por isso, ela pode ser considerada culpada pelo fracasso dessa greve.

Ela, juntamente com os grupos de oposição, nada afinados com o sentimento dos trabalhadores. A diretoria do Sindicato revelou-se incompetente para assumir a greve; e saiu pela tangente, largando sua coordenação e direção nas mãos dos opositores. E estes não se entendem: engalfinham-se por questões políticas que nada têm a ver com as reivindicações dos trabalhadores. Um movimento iniciado mal, terminou pior: seus pretensos dirigentes não tiveram sequer a hombridade de bater-se por uma saída honrosa, impedindo que os trabalhadores voltassem ao trabalho de cabeça baixa, humilhados e batidos economicamente.

Tem que haver uma condenação veemente aos grupos opositores com, prometidos com interesses contrários aos dos trabalhadores. Eles desmoralizam a greve como instituição-essa única e real arma dos trabalhadores.

O movimento sindical autêntico, que vem queimando pestanas no sentido de contornar as medidas arrojadas e repressivas adotadas pelo governo contra os trabalhadores não pode admitir que esses grupos prossigam solapando seu trabalho. Os trabalhadores, que se organizam para lutar de acordo com seu grau de consciência, devem ser alertados sobre a ação destruidora desses grupos. É preciso cuidado com suas táticas de envolvimento e palavreado radical.

O impasse era esperado

Almir Pazianoto, advogado e deputado pelo MDB

Eu não creio que estamos no encerramento de um ciclo grevista. As lutas da classe operária se desenvolvem em ondas e o que se tem visto é uma onda crescente de movimentos grevistas que são verdadeiramente animadores. Êxitos e derrotas é o processo mesmo de aprendizagem da classe operária e isto é resultado da própria luta de classes.

Esta greve recente dos metalúrgicos foi uma greve justa, onde os trabalhadores diante da intransigência dos patrões não tiveram outra alternativa. A greve é um direito sagrado dos trabalhadores. Eu saúdo, e todos os revolucionários também, esta greve como uma das maiores greves do proletariado brasileiro dos últimos tempos.

O ensinamento da greve é que agora os trabalhadores devem voltar às fábricas com a preocupação de se organizar melhor a partir de seus locais de trabalho para voltar à luta pelos seus legítimos direitos, sejam econômicos, sociais ou políticos. O que passará evidentemente pela derrubada deste pelego que aí está que é o maior traidor que a classe operária já conheceu.

A hora não é de parar. É tirar as lições e voltar com mais força ainda. O proletariado não tem outra arma senão a greve. Sem luta não há conquistas.



Creches em segundo plano

Promessa não cumprida. Mais uma vez, no dia 12, uma multidão se reúne às portas da prefeitura de São Paulo para cobrar uma promessa da autoridade máxima do local - o prefeito. Desta vez, a Regional Sul do Movimento de Luta por Creches. E, mais uma vez, o prefeito não recebe, e nem se digna a descer até as quinhentas pessoas (grupo constituído, em sua quase totalidade, por mulheres e seus filhos), apesar de ter prometido fazê-lo, quando de sua ida anterior à prefeitura, há exatamente um mês.

E não parou aí o descumprimento da promessa. O prefeito Reynaldo de Barros havia garantido a construção de 830 creches diretas (totalmente financiadas e mantidas) na periferia, em 1980, com a participação dos pais no processo de decisão e orientação. Mas, desta vez, o prefeito mandou seu secretário, Tuffi Jubran, dizer à multidão que esperara pacientemente por três horas e que, "cumprindo a promessa, construirá as 26 creches que vocês lhes pediram".

Mas a verba pedida não foi concedida com prioridade para as creches, explicou mais tarde o prefeito a uma

comissão de três bairros da zona Leste e Oeste, que juntaram-se à regional Sul, para lhe entregar um abaixo-assinado reivindicando creches também naquelas regiões.

"Mas voltem para casa e fiquem sossegadas que farei a maior força para conseguir verba para as creches" declarou, paternalista, o prefeito.

Mas as mães não se convenceram. Apesar da interferência dos deputados Irma Passoni e Aurélio Peres, o prefeito não havia recebido o movimento, e nem cumprido a sua promessa de construção das creches.

Por isso, depois de uma assembléia agitada e cheia de denúncias, e de comparações entre o tratamento dispensado a elas e aos trabalhadores, as mulheres saíram gritando refrões como: "oso, oso, oso, o prefeito é mentiroso!" e "o povo não aceita/prefeito de proveta".

E, mais uma vez, uma necessidade prioritária do povo passa para segundo plano. O Movimento de Luta por Creches promete, entretanto, não parar.

(Rachel Moreno)

1.400 em greve na Komatsu

A Komatsu está parada/eu gostei da decisão/o peão tomou vergonha/e mostrou a união/deu grito de coragem/em cima do seu patrão.

Versos como este, orientações escritas à mão pelo Comando de Greve, comunicados sérios - mas numa linguagem engraçada - dirigidos aos (poucos) fura-greve, apelos cheios de sentimento aos motoristas e chefes de tráfego. É com essas características que está ocorrendo uma greve na metalúrgica Komatsu do Brasil S.A., localizada na cidade de Suzano, a cerca de 60 quilômetros da capital paulista, sem o apoio do Sindicato, dirigido pelo pelego João Teófilo.

No dia 27 de outubro, trezentos operários da Komatsu reuniram-se em assembléia para discutir as reivindicações que encaminhariam à direção da empresa. Aprovaram, entre outras, aumento de Cr\$ 8,00 por hora de trabalho, taxa de insalubridade, distribuição de leite nas seções. Uma das lideranças, Edival, levantou a possibilidade de vir a ser deflagrada uma greve, caso os patrões se mantivessem intransigentes. No dia seguinte, após o documento com a lista de reivindicações ter sido encaminhado aos patrões, Edival foi demitido, sem nenhuma justificativa.

Foi o "estopim", como disseram membros do Comitê de Apoio e Solidariedade à Greve, em visita à redação do EM TEMPO. No dia 29, quatrocentos dos 1400 trabalhadores da empresa, reunidos novamente em assembléia, decidiram deflagrar greve a partir do dia 30 de outubro. Panfletos foram rodados, pão e leite distribuídos para os operários que aderiram aos piquetes (não menos de quinhentos, logo no primeiro dia do movimento), tudo isso após a eleição, na assembléia, de um Comando de Greve composto por oito operários.

Tentando quebrar por meio de um apelo individual, dirigido para a casa de cada um dos empregados, a direção da Komatsu, no dia 2 de novembro, enviou carta relatando o seu ponto de vista sobre a greve (nada falou sobre a demissão de Edival), pedindo o retorno ao trabalho.

Antes disso, já pedira o apoio da polícia para dissolver os piquetes. Pelo menos 24 operários foram presos, durante os primeiros dias de greve, alguns soltos e novamente presos duas ou três vezes. E o papel dos piqueteiros tem sido o de apenas conversar com os companheiros, na medida em que a paralisação é praticamente absoluta.

(Carlos Tibúrcio)

Jornalistas/SP Campanha salarial

Os jornalistas de São Paulo (capital e interior) já aprontaram a lista de reivindicações que apresentarão aos patrões na primeira reunião de negociações marcada para a segunda-feira, 19 de novembro: piso salarial (33% da categoria ganha o piso, apenas) de Cr\$ 14.400,00, para os que trabalham em publicações da capital e de onze cidades do interior do Estado; Cr\$ 11.700,00 para os das cidades consideradas intermediárias; e Cr\$ 7.200,00 para os das pequenas cidades, além de 15% de reajuste acima do índice oficial do governo.

Agora, a categoria, que encaminhará também uma luta pelo preenchimento das vagas deixadas pelas demissões em massa, ocorridas a partir da greve de maio, voltará a se reunir na próxima terça-feira, 20, na sede do sindicato (às 21h30), quando serão discutidos os primeiros resultados das negociações com os patrões.

Petroleiros Jacó toma posse

A necessidade de se lutar pela unidade do movimento sindical, pelo direito de greve e pela criação e manutenção do fundo de greve foram os principais pontos levantados pelo dirigente Jacó Bittar ao ser empossado (foi reeleito em setembro) como presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. O ato foi realizado na sede do Sindicato dos Bancários de Campinas, no dia 8 de novembro, contando com a participação de dirigentes de sindicatos de todo o país e presidido pelo presidente cassado dos bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra.

Grajaú/SP Prefeitura ataca

A prefeitura de São Paulo, cansada de tanto ouvir as constantes reclamações dos moradores da periferia de São Paulo, que vêm se organizando para lutar por seus interesses, está a fim de esvaziar a combatividade popular. Uma parte do programa já está sendo

aplicada em vários bairros e consiste na "domesticação" dos presidentes das Sociedades de Amigos de Bairros, fortalecendo suas diretorias pelegas. Esse é o caso, por exemplo, do bairro do Grajaú, na zona sul da cidade, onde um vereador da Arena, Artur Alves Pinto, resolveu dar um golpe, antecipando as eleições da entidade local, de março de 1980 para dezembro deste ano, em decisão tomada por apenas meia dúzia de sócios. Ao mesmo tempo ele se nega a atender à solicitação dos moradores do local, para que seja realizada uma assembléia gera onde todos participem das eleições (pelo critério atual, apenas cinquenta moradores - número inflado pelo vereador Pinto - é que terão o privilégio de decidir em nome do pessoal do bairro).

Além disso, ninguém mais engole o tal de "seu" Márcio, presidente da Sociedade - imaginem que o dito, chamou, no mês de maio, a polícia para derrubar dezenove barracos que "enfieiavam" o bairro, logo reconstruídos pelos moradores.

Belo Horizonte Federação dos Bairros

A criação da Federação da Associação dos Bairros das cidades de Contagem, Belo Horizonte e Ibirité está mais próxima com a constituição de uma coordenação colegiada, encarregada não só de encaminhar a fundação da entidade, como de promover uma série de lutas conjuntas. A existência de uma federação é considerada mais do que necessária, principalmente agora, quando, a exemplo de São Paulo, assiste-se a uma verdadeira ofensiva de órgãos governamentais sobre os bairros periféricos, onde tentam aplicar uma política demagógica e paternalística para atender às reivindicações de seus moradores.

Carestia Congresso em SP

Encontrar formas de coordenar as lutas que vêm sendo realizadas nas fábricas, bairros, sindicatos, no campo e demais locais de trabalho contra a política de arrocho salarial e a elevação do custo de vida é o principal objetivo do Primeiro Congresso Estadual de Luta Contra a Carestia, que se realizará nos dias 15, 17 e 18 deste mês, em São

Paulo, na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, reunindo cerca de quatrocentos representantes de todas as regiões de São Paulo, e que terá o metalúrgico Santo Dias da Silva como portador.

Tecelões/SP Assembléia dia 19

Os tecelões de São Paulo voltam a se reunir em assembléia no próximo domingo, 19: embora mantenham a redução do índice de reajuste para 70% (antes pediam 83%) e piso salarial de Cr\$ 6.104,00, eles discutirão a contraproposta patronal, que prevê 66% para os que ganham de 1 a 3 salários, 60% de 3 a 10 e 52% para os demais, além do piso de apenas Cr\$ 4.000,00. Eles reivindicam, ainda, a antecipação da data base, de 26 para 1º de novembro.

São Paulo Coureiros param

Os trabalhadores do curtume, sob a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Couro, encerraram sua campanha salarial na semana passada. A concentração no setor é grande: o curtume Atlântica em Guarulhos e o Brasitânia em Mogi, reúnem o grosso da categoria. Na terça-feira, dia 6, eles entraram em greve diante da intransigência patronal. A paralisação foi total nas duas fábricas e, diante da adesão massiva, os piquetes foram rápidos, não deixando espaço para a repressão policial que, contudo, esteve ostensivamente nos locais de trabalho.

Em Mogi, na quarta-feira dia 7, a repressão obrigou os 80 trabalhadores a entrarem na fábrica, ameaçando com prisões. E eles voltaram, firmando um acordo de 66%. Mas no Atlântica, em Guarulhos, a greve prosseguiu até a quinta-feira, quando os patrões chegaram 67% escalonados. O acordo foi feito, incluindo ainda cláusulas sobre insalubridade, 5% de antecipação no começo do ano, desconto em férias dos dias parados e não demissões. Mas na hora de assinar, sob pressão da FIESP, impedindo a negociação em separado, os patrões baixaram do índice para 66%.

AS GREVES DA SEMANA

SETOR	LOCAL	Nº de grevistas	REINVIDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
Metalúrgicos	São Paulo e Guarulhos	320 mil operários	83% de reajuste salarial e piso de Cr\$ 7.200,00	de 28/10 a 8/11	67% escalonados
Eletricitários de Pernambuco	Recife (PE)	4 mil trabalhadores	Readmissão dos membros da comissão de reivindicação e 91,6% de reajuste.	de 30/10 a	
Mineiros da Simetria (Mineração de Trindade S.A.)	Mariana (MG)	560 trabalhadores	Aumento salarial de 80%, pagamento de gratificação de férias, etc.	de 7/11 a	
Metalúrgicos	Curitiba (PR)	30 mil operários	85% de reajuste salarial	de 12/11 a	

O PT toma corpo

A reunião da Comissão Nacional provisória do Movimento pelo PT, realizada no último dia 9, em Campinas, avança decisões organizativas que começam a dar corpo à estrutura do PT.

Custou mas valeu, era o comentário dos dirigentes do Movimento pelo PT, ao final da reunião da Comissão Nacional provisória realizada na última sexta-feira dia 9, em Campinas. Quase um mês portanto, desde o encontro de São Bernardo, no dia 13 de outubro passado, que decidiu lançar o PT às ruas. E de fato, ao que tudo indica o referido valeu: uma bateria de decisões políticas e organizativas foi aprovada pelos presentes, o que deverá dar um novo impulso à articulação.

Nem todos os membros da Comissão compareceram. No dia anterior, para a posse de Jacó Bittar no Sindicato dos Petroleiros, estava quase todo mundo. Mas para a reunião, na manhã seguinte, contou-se com o próprio Jacó, José Ibrahim, Paulo Skromov, Wagner Benevides, Olivio Dutra e Manoel da Conceição. Ausentes portanto Lula, Edson Kahir, Henos Amorina e Arnóbio.

Além dos membros da Comissão, a reunião contou também com a participação dos sociólogos José Alvaro Moisés, Francisco de Oliveira e Vinicius Caldeira Brand.

A grosso modo os debates se dividiram em dois temas. Uma avaliação mais geral da conjuntura política, e a do PT, e de outro lado um balanço mais interno da organização do Movimento.

No primeiro plano, constatou-se a contradição entre, de um lado o crescimento vertiginoso que a

proposta do PT vem encontrando pelas bases, na formação de núcleos e, de outro, as dificuldades impostas pela reforma partidária do regime para que este movimento possa ocupar seu lugar no plano institucional. A ditadura está aí para não deixar o PT passar, concluíram os dirigentes. Mas isto não deve inibir a construção do partido nem as tentativas serem trilhadas pelos próprios caminhos que a legislação restritiva vier a impor. Mas antes de mais nada, na opinião dos presentes, o que se trata é de partir já para uma ofensiva, a nível de uma campanha política nacional pela plena liberdade partidária, contra o projeto do regime. A propósito, ficou já estabelecido que a direção do PT lançará um apelo, para uma frente neste sentido, a todas as forças políticas hoje interessadas na livre organização partidária.

Por outro lado, as discussões apontaram também para o fato de que a oposição ao PT não vem somente do regime. No próprio terreno onde a ditadura pretende armar o seu jogo da reordenação partidária, o parlamento, a presença de uma corrente de parlamentares claudicantes que pudessem ser já um suporte institucional para o partido é extremamente escassa, para não se dizer inexistente.

Isto no entanto, no entender dos dirigentes do Movimento não deve servir de desestímulo no

trabalho sempre presente de tentar buscar atrair parlamentares à proposta. Mas é fato inegável que, a partir da reunião de São Bernardo no dia 13 do mês passado, quando a proposta do PT assumiu contornos mais claros — tornando mais difícil falar-se de vários PTs — a sedução de parlamentares pela legenda diminuiu muito. Com a exceção de Edson Kahir — que poderá vir assim a ser a exceção da regra — não há no momento nenhum parlamentar federal dentro do PT. Ou seja, a conclusão parece ser de que 15 anos de ditadura não deixaram florescer uma corrente claudicante no interior do parlamento.

Ainda nesta fase preliminar de análise mais geral da conjuntura, a reunião tratou também de fazer um balanço da conjuntura específica do movimento operário, mais em particular do movimento grevista já completando seu segundo ano de ebulição. No entanto, a discussão não foi conclusiva (Ver opiniões individuais na pág. 6).

Mas, a ordem do dia era para as questões internas, organizativas, do Movimento pelo PT.

Foi consenso entre os dirigentes que as mazelas hoje vividas pelo Movimento devem-se, no fundamental, a uma falha da direção. E que precisaria ser sanada rapidamente para que o potencial desvendado pela proposta não comece a se perder. A ausência de um

SÍGLO		NOME		DATA DE NASCIMENTO
PT		MUNICÍPIO E ESTADO		SEÇÃO
VIA		ZONA ELEIT.	MUNICÍPIO E ESTADO	SEÇÃO
FICHA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA PARTIDO DOS TRABALHADORES NOME DO PARTIDO	N.º DO TÍTULO	NATURALIDADE		ESTADO CIVIL
	FILIAÇÃO		RESIDÊNCIA	
	PROFISSÃO		RESIDÊNCIA	
	ASSINATURA DO ELEITOR - FILIADO			
	ABONADOR DA ASSINATURA			
	N.º DA INSC. NO PARTIDO	DATA DA INSC. NO PARTIDO		
	VISTO - JUIZ ELEITORAL			

A ficha de inscrição que já está sendo distribuída

editado pela Secretaria de Imprensa um Boletim de Debates de forma a organizar a discussão. 5. Para dar continuidade aos encaminhamentos, ficou marcada para o próximo dia 20, em São Paulo, uma nova reunião da Comissão Nacional provisória, contando agora com a presença dos 2 representantes por estados já escolhidos. Nesta reunião será também escolhida uma Executiva Política, de forma a dar permanência e continuidade entre as várias reuniões da Comissão Nacional que, pelo seu número elevado necessariamente, são mais espaçadas.

6. A nível organizativo, a reunião definiu ainda que imediatamente, antes mesmo da aprovação da reforma partidária e sua entrada em vigor, para efeito de legalização, o Movimento pelo PT será formalizado como uma sociedade civil. O que não substitui, é claro, iniciativas futuras no campo da própria legislação partidária.

Enfim, parece que agora a coisa vai...

Rio As contradições da unidade

Estamos vagando entre o ódio e o amor entre nós. A frase, ainda que expressiva, não tem nada de poética. Pronunciada no domingo passado, durante o encontro regional do Movimento pelo PT, ela refletiu muito bem o clima reinante no final da tarde.

O encontro, que contou com a participação de mais de 400 pessoas, entre operários, metalúrgicos, professores, rodoviários, bancários, médicos, estudantes e outras categorias daria andamento ao processo de discussões que já se verificava em cada núcleo, ao mesmo tempo que procuraria estruturar o movimento a nível regional, através de normas transitórias de organização e da eleição de uma direção representativa para o movimento no Rio.

A nível político, esperava-se a discussão e aprovação de um documento político, bem como a definição de campanhas a serem desenvolvidas. Apesar do caráter provisório que as resoluções tomariam, era evidente a importância da reunião, pois se tratava de dotar o PT no Rio de instrumentos políticos para uma intervenção no movimento vivo.

Essa questão foi novamente trazida à tona na plenária final, quando membros e representantes de núcleos já estruturados, informados com a resolução, um tanto sectariamente repudiaram a forma como a questão foi encaminhada, e teceram críticas à atuação na reunião de muitos companheiros até bem pouco defensores da proposta PP.

Finalmente, embora não faltando críticas de parte a parte, terminou-se aprovando por unanimidade que a organização do próximo encontro será feita pela atual Comissão Estadual juntamente com representantes de núcleos formados e em formação, estes últimos com direito apenas à voz.

Em que pese o percalço que passou o encontro, não resta dúvida de que se tratou de continências próprias a um movimento de grande atração social.

Em segundo lugar, o encontro, inexplicavelmente para seus próprios organizadores, não contou com a presença de elementos da Comissão Nacional, provisória, já previamente convidados, e nem com a presença de figuras expressivas à nível regional, como o deputado Edson Kahir, também da

Notícias Campinas

Em Campinas, a nucleação do PT vai se desenvolvendo. Já foram realizadas duas reuniões com cerca de 40 pessoas contando com a participação de metalúrgicos, petroleiros, químicos, gráficos, donas de casa, professores, estudantes etc. Destas reuniões foram constituídas três comissões: organização, finanças e divulgação.

A sede local para o PT está sendo procurada para já. E duas reuniões estão no calendário: dia 18 de novembro para estruturar o processo de nucleação; e dia 25 para debate da reforma partidária.

Ao mesmo tempo, em duas regiões vizinhas, o PT também vai criando núcleos: Nova Odessa e Monte-Mor.

São Paulo
Reunindo 40 pessoas, representantes de cerca de 20 núcleos da grande São Paulo, realizou-se na última terça-feira, na sede do jornal **Companheiro**, mais uma reunião inter-núcleos. O encontro contou com a presença de José Ibrahim, já como Secretário de Organização do Movimento pelo PT.

Os debates giraram em torno da necessidade de centralização da articulação em São Paulo onde, diferentemente de outros Estados, atualmente há tão somente a direção nacional — a maior parte dela — e os núcleos, sem nenhuma instância intermediária capaz de coordenar a dinâmica estadual do Movimento.

A discussão não foi conclusiva. Mas para continuar-la marcou-se para o próximo dia 21, às 20 horas, na sede do jornal **EM TEMPO**, uma nova reunião, novamente com a presença de Ibrahim, para a qual serão convidados todos os representantes de núcleos da região.

Ao mesmo tempo anteviu-se como desejável a realização de uma plenária geral para o dia 2 de dezembro, o que, contudo, será também objetivo de maior discussão na reunião.

Sexta-feira:

compre o EM TEMPO nas bancas Cr\$ 20,00

Sábado e domingo:

constate pessoalmente
* Os principais fatos políticos da semana
* A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário
* História da esquerda brasileira
* O debate dos grandes temas do socialismo

Segunda-feira:

Faça sua assinatura para não perder mais nenhum número

Nome Profissão
Endereço Bairro
Cidade Estado CEP
Estou enviando o cheque nº do Banco
Por assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 SEMESTRAL Cr\$ 450,00
Exterior: INDIVIDUAL US\$ 70,00 INSTITUIÇÕES US\$ 120,00
Rua Mateus Grou 57 - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

O que é a Tendência Popular?

Em entrevista, o ex-ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Affonso, e um dos articuladores da recém criada Tendência Popular do MDB, explica os objetivos da proposta

O que é a proposta político programática da Tendência Popular do MDB?
— A simples designação de Tendência, no meu entender, é algo que por si só já indica que se trata de uma proposta que não realiza por inteiro aquilo que seus participantes desejariam. Se nos fosse possível o que se colocaria seria a formação já de um grande partido popular para o qual convergiam todas as correntes políticas que de fato têm raízes com o povo. Mas as limitações da reforma dificultam que este projeto se converta em realidade agora. Entretanto a necessidade de um partido realmente popular que incorpore a militância dos trabalhadores, dos jovens, de

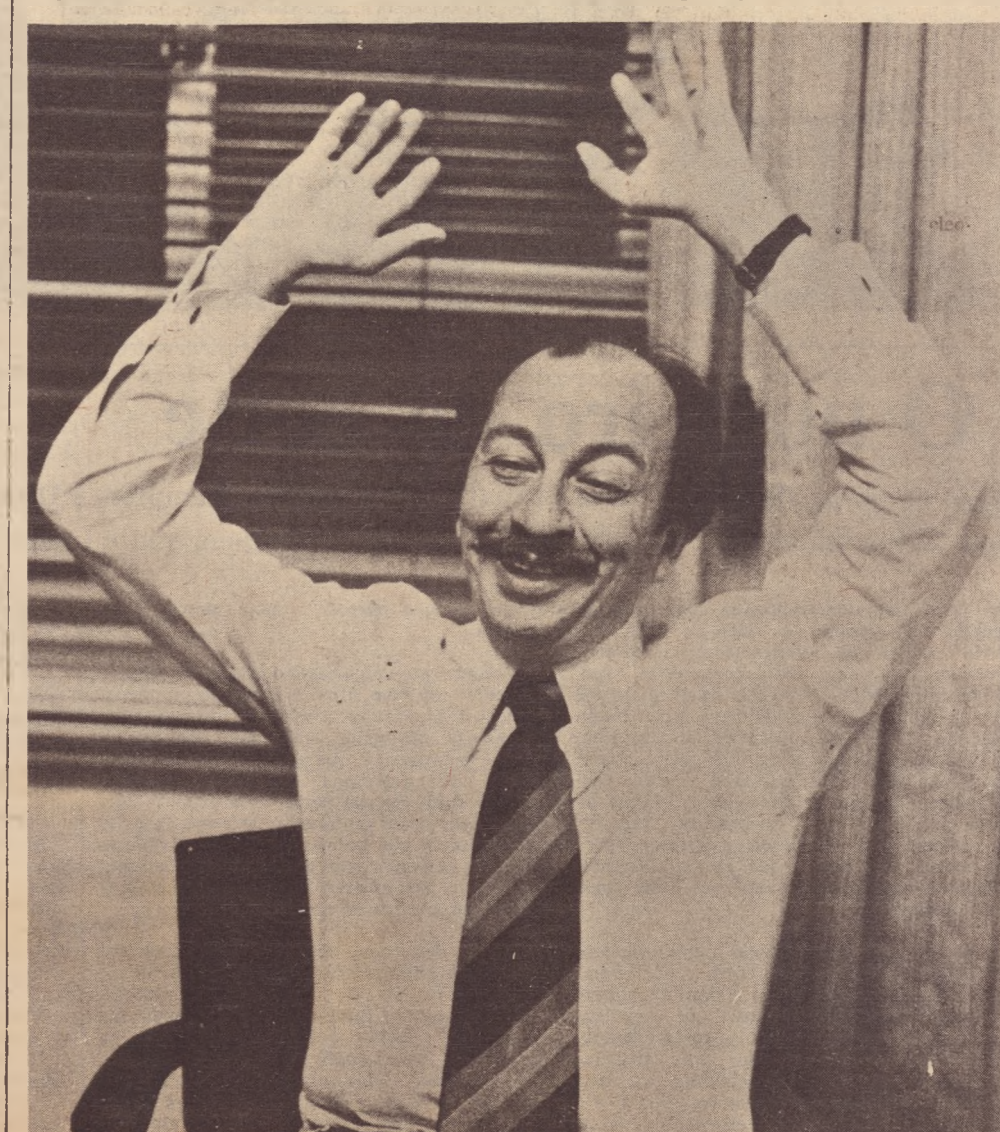
intelectuais, das mulheres etc, permanece. O que há é que, dadas as condições do momento, a via que terminou se impondo como viçosa para a construção deste partido foi a da Tendência.
— Qual a dimensão já alcançada pela Tendência? Participei recentemente de uma reunião em Brasília onde éramos umas 30 pessoas entre parlamentares e lideranças sem mandato parlamentar. Não tenho dados mais recentes, mas meus companheiros em Brasília falam-me em cerca de 45 parlamentares federais. E eu creio que poderemos chegar tranquilamente entre 50 e 60. Mas acho que as potencialidades que a proposta encerra, vão bem além. Há algumas nuances que deram margem a que se falasse de Tendência Popular e autênticos históricos. Mas até onde conheço a uns e outros creio que é possível sentarmos à mesa e unificarmos as duas correntes.

No plano extra-parlamentar, a nível dos movimentos sociais também acredito que as chances da Tendência são boas, mas ainda não tenho nomes a adiantar desde já.
— Se, como você diz, a Tendência poderá contar com cerca de 50 a 60 parlamentares, porque então sua estratégia é a de uma tendência no interior de um MDB renovação e não um partido próprio onde ela pudesse de explicar de modo mais integral?
— Segundo o documento, "a proposta entrista do PTB é atrasada e claramente direitista, porque disputa uma hegemonia impossível e trafica a ilusão, no seio das massas trabalhadoras, de que é possível transformar a essência do trabalho, as suas formas de luta e as suas formas de reorganização, numa via revolucionária, sem tocar na questão essencial, a questão do Estado: a forma de exercitá-lo e a forma de chegar até ele".
— Não é difícil sustentar a impossibilidade de hegemonia da classe trabalhadora sobre o PTB... prossegue o documento. E acrescenta: "Não bastasse sua própria tradição histórica de organização política, cujos dirigentes mais proeminentes, independentemente da justiça de várias de suas posições, sempre foram avessos a qualquer tipo de controle pelas bases. Não bastasse a evidente superioridade econômica e tradição política dos militantes "históricos" que sempre dominaram a máquina do partido. Não bastasse as evidentes posturas de direita de seu líder máximo e suas claras posições anti-comunistas antigas e atuais".
— Para o grupo da Oposição Popular, "é necessário deixar claro que o lugar da disputa da hegemonia da classe operária, na direção do partido revolucionário não é na organização de um partido pequeno-burguês, como sempre foi o PTB mas é a partir da constituição de um verdadeiro partido da classe operária, que se expressa na vida social e política, através do movimento operário organizado".

De outro lado é necessário a este partido ter uma efetiva democracia interna que torne possível uma real militância, sobretudo dos setores populares, bem como sua vinculação estreita com os movimentos sociais.
Contudo não temos ainda um programa. O que estamos buscando agora são diretrizes mais gerais que possam no interior de uma agremiação política mais ampla, ser a nossa característica política própria.

— Você fala aliança também com os setores operários em certa medida sob a liderança de Lula, ou seja o PT. Mas as definições recentes do PT, a nível de declarações bem como de documentos, têm se pautado por uma posição programática bem mais precisa, em termos classistas claramente do lado dos trabalhadores.
— Até onde eu enxergo as coisas, acho que o projeto do PT também se debate entre duas tendências. Uma que o quer um partido de fato classista e outra que o conceitua como um partido dos assalariados de modo muito mais abrangente e que se assemelha de maneira visível ao que buscamos no interior da Tendência Popular. Eu continuo acreditando numa articulação entre a Tendência o projeto do PT. Mas tenho consciência das dificuldades, sobretudo se prevalecer no interior do PT a primeira concepção a que me referi. Dado que isto tornaria difícil agruparmos numa mesma legenda.

A consideração fundamental que tem nos orientado, creio eu, resulta de uma análise política que vê um quadro ainda não assegurado de liberdades políticas mais amplas. Ainda estamos num período de acumulação de forças o que nos deve levar a uma postura de ampliar o espectro de alianças políticas na oposição desde que ao faz-lo não se ponha em risco os compromissos essenciais das oposições populares. Isto não se confunde com a unidade a todo custo que a imprensa vem chamando de geléia geral que pode nos levar a uma



Almino, o articulador da Tendência Popular

indefinição tão grande que ao fim resultava isto sim numa definição anti-popular. Assim é possível pensar-se numa aliança entre liberais democratas que, por suas posições contemplem os interesses populares e aqueles setores de origem mais popular propriamente, numa agremiação que vise a consolidação das instituições democráticas no rumo de conquistas igualitárias na sociedade.

Alguns podem achar que se trata de um jogo menor com vistas a se evitar o risco de perda de mandatos parlamentares. Mas eu posso assegurar que a razão é menos esta e mais a de se constituir uma força real de pressão nos rumos que apontei.

Rio Grande do Sul A «oposição popular» e a esquerda do PTB

A "Oposição Popular" do MDB do Rio Grande do Sul, grupo com o qual se identificam o sociólogo Andrés Forster, o advogado trabalhista Tarso Genro e seu irmão Adelmio, vereador em Santa Maria, entre outros, lançou documento no qual faz duras críticas à tendência de esquerda do PTB, na sua grande maioria composta de militantes egessos de organizações revolucionárias formadas no pós-64.

Segundo o documento, "a proposta entrista do PTB é atrasada e claramente direitista, porque disputa uma hegemonia impossível e trafica a ilusão, no seio das massas trabalhadoras, de que é possível transformar a essência do trabalho, as suas formas de luta e as suas formas de reorganização, numa via revolucionária, sem tocar na questão essencial, a questão do Estado: a forma de exercitá-lo e a forma de chegar até ele".

"Não é difícil sustentar a impossibilidade de hegemonia da classe trabalhadora sobre o PTB... prossegue o documento. E acrescenta: "Não bastasse sua própria tradição histórica de organização política, cujos dirigentes mais proeminentes, independentemente da justiça de várias de suas posições, sempre foram avessos a qualquer tipo de controle pelas bases. Não bastasse a evidente superioridade econômica e tradição política dos militantes "históricos" que sempre dominaram a máquina do partido. Não bastasse as evidentes posturas de direita de seu líder máximo e suas claras posições anti-comunistas antigas e atuais".

Para o grupo da Oposição Popular, "é necessário deixar claro que o lugar da disputa da hegemonia da classe operária, na direção do partido revolucionário não é na organização de um partido pequeno-burguês, como sempre foi o PTB mas é a partir da constituição de um verdadeiro partido da classe operária, que se expressa na vida social e política, através do movimento operário organizado".

O documento, que se situa teoricamente numa perspectiva clássica de construção partidária, suscita mais questões do que resolve, no entanto. Se é certo que ele explora corrolamente as ambigüidades do projeto dos petebistas de esquerda no Rio Grande do Sul, não é menos certo que ele não é capaz de ir mais além de uma formulação cujas alusões à ortodoxia leninista não solucionam, no entanto, os complexos problemas da construção partidária hoje no Brasil. Não deixa de ser surpreendente, por outro lado, além da certa complacência de seus autores em relação ao MDB gaúcho, o que fenômeno PT esteja totalmente ausente do texto, pelo menos até agora conhecido. Se é evidente que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não tem seu futuro garantido - ainda que nele estejamos engajados - não é menos certo que ele suscita uma problemática nova e ineludível para todos os setores conseqüentes da esquerda brasileira.

Descartar hoje a discussão sobre o PT é cair num doutrinarismo vazio e claramente estéril ou involuvar para posições como aquelas que inspiraram certos setores que impulsionaram o projeto do Partido Popular.

Os companheiros da oposição popular no Rio Grande do Sul colocam à esquerda do PTB questões sobre as quais se espera urgentes respostas. Isto não os exime, no entanto, de expor claramente os supostos concretos de suas posições, o seu concreto "Que Fazer?" encoberto até agora pelo manto da retórica. (M.A.G.)

As mulheres e o movimento operário

A participação das mulheres nos movimentos socialistas e vice-versa sempre foi tema polêmico. Aqui, um pouco da história dessas lutas, encontros e desencontros, a partir da Alemanha e da Rússia do começo do século.

Resenha do livro *Allemagne de 1914 — Révolution Russe — Révolution Espagnole*, de Annik Mahaim, Alix Holt e Jacqueline Heinen. *Do Cahier du féminisme*. N° 11, out/nov 1979.

Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, os marxistas lutaram contra a burguesia-mas também no interior da classe operária pelo direito ao trabalho das mulheres. Mas no início do século XX este direito estava longe de ser adquirido. O desejo de afirmar o caráter indissociável da luta do proletariado dos dois sexos fazia predominar a idéia de não reconhecer nenhuma questão especificamente feminina; "não reconhecemos, dizia Clara Zetkin em 1889, nenhuma questão concernindo especificamente às trabalhadoras". Convicção que a levou, em um primeiro momento, a recusar qualquer pedido de proteção do trabalho feminino em relação, por exemplo, com o problema da maternidade. Porém, rapidamente o movimento de mulheres sociais-democratas da Alemanha, dirigidas por C. Zetkin, enriqueceu sua concepção da luta pela emancipação não se contentando mais em avançar apenas ao lado do direito de voto, das reivindicações tocantes às condições de trabalho. Em 1905, é a batalha pela responsabilização da sociedade com respeito às crianças e ao trabalho doméstico: Clara já adianta a idéia de que o pai deve se ocupar também da educação das crianças.

A Revolução russa mostrou todas as conquistas das correntes marxistas sobre a emancipação da mulher: em nenhum país medidas tão radicais foram tomadas. Mas surgiram também certas limitações encontradas ainda pelo movimento operário, inclusive nas alas revolucionárias. Para explicá-lo, é hábito reenviar às condições de então; em particular ao atraso de um país como a Rússia. Isto se faz necessário. Porém, como mostra A. Holt, no quadro dos constrangimentos econômicos e do peso do atraso cultural, várias políticas eram possíveis. Não se pode compreender as dificuldades encontradas pelos bolcheviques neste terreno, se não se reenviar também aos limites de uma política e de um programa.

Como para eles, a solução concreta para a emancipação estava na participação das mulheres no trabalho e na socialização das tarefas domésticas, os revolucionários russos não se preocuparam com a análise da divisão sexual do trabalho produzido pela família. Além disso, a pressão da situação econômica e social contribuindo, houve uma tendência a justificar uma situação de fato pela necessidade por intermédio de argumentos bastante discutíveis. Assim, Kollontai, em 1921 explica que diante das dificuldades econômicas, é difícil evitar que as mulheres encontrem um trabalho que não seja na continuidade de suas tarefas no lar. Certo. Mas nada a obrigava a explicar este estado de fato pela necessidade de respeitar uma "divisão natural do trabalho" ou de discorrer sobre o direito materno no que consiste na criação de seu filho.

Quanto ao aborto e a contracepção, já em 1917 Lenin se declarava favorável à "abrogação de todas as leis que interditavam o aborto ou a difusão médica sobre as medidas contraceptivas". Porém, só em 1920 o aborto foi legalizado. Claro que estas condições não são as mesmas de nossos dias, mas

mesmo assim, Kollontai explicava que a legalização do aborto veio sob a pressão das mulheres trabalhadoras entre as quais ele era amplamente difundido. Mas não tinha aparecido como uma luta explícita nas mulheres russas que no entanto haviam se mobilizado largamente durante a revolução de Outubro. O peso de luta desenvolvida pelo movimento operário no século passado contra o malthusianismo, o pouco avanço na tradição socialista sobre a sexualidade faziam-se, pois, sentir. Não foi desenvolvida nenhuma educação de massa sobre a contracepção, as pesquisas médicas sobre os meios contraceptivos modernos foram logo abandonados por falta de crédito.

Os limites da política dos bolcheviques

Quer se trate da Alemanha ou da Rússia, C. Zetkin ou os bolcheviques se deparavam não apenas com o peso das condições objetivas mas também com a insuficiência da análise marxista com respeito à opressão da mulher. Com isso, o que dominava era uma visão simplificada desta questão: a participação das mulheres no trabalho assalariado regulava de fato o conjunto dos problemas ligados a sua emancipação. Havia nisto um certo "economismo": superestimação da igualdade realizada pelo trabalho assalariado entre mulher e homem, subestimação dos efeitos da divisão sexual do trabalho (forjada na família) sobre a situação das mulheres no conjunto da sociedade. É preciso lembrar que, depois da

publicação do livro de Engels — *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* só havia praticamente as experiências da social-democracia alemã e da Revolução Russa.

Em seu afã de afirmar o caráter indissociável da luta do proletariado dos dois sexos, e para se distinguir dos movimentos feministas burgueses, C. Zetkin, por exemplo, preconizava que as mulheres se reunissem às organizações mistas da social-democracia.

Formas de Organização

A primeira dificuldade da social-democracia na Alemanha foi a lei bismarckiana que proibia à mulheres participar das reuniões políticas. A social-democracia encontrou um subterfúgio para contornar esta lei.

Em 1892 foi posto em prática o sistema das "pessoas de confiança" que eram eleitas por organizações de mulheres "independentes" e as representavam no seio do partido. Uma resolução de 1900 da conferência das mulheres socialistas explica que "as pessoas de confiança devem zelar para que as exigências colocadas pelas mulheres proletárias na condição de membros da classe explorada e oprimida e enquanto membros do sexo feminino não livre socialmente" sejam tomadas nas mãos por todo o movimento social-democrata. Finalmente, em 1908 as mulheres socialistas são integradas ao partido, mas conservam suas

próprias formas de organização: o jornal *Die Gleichheit* (A Igualdade), conferências próprias, a possibilidade de organizar reuniões não mistas.

Seria falso, porém, fazer deste movimento um embrião do "movimento autônomo das mulheres", particularmente em virtude das formas peculiares das relações entre partido e organização de massa que se encontrava na social-democracia antes de 1914.

Quanto à Rússia, em 1906, Kollontai começara a organizar as mulheres operárias em clubes não mistos. Em 1908, na sequência da participação de um grupo de trabalhadores no 1º Congresso panrusso das mulheres, Lenin fez votar no comitê central do partido uma resolução que encorajava a criação de organizações políticas e sindicais femininas separadas. Não se especificou porém o caráter delas e o debate não prosseguiu.

Depois de 1917, o problema ressurgiu e se traduziu pela criação dos "genotdels" que não consistiam em uma organização independente das mulheres mas a organização do partido em direção as mulheres que estavam representadas no interior dos organismos correspondentes do partido. Tinham seu jornal, seu escritório nas cidades e aldeias. Conferências reagrupando operárias e camponesas membros ou não membros do partido reuniram-se funcionando de fato como garantia de que o partido, os soviets, os sindicatos tomassem nas mãos os problemas das mulheres. Os "genotdels" conheceram altos e baixos antes de serem finalmente suprimidos em 1930 por Stalin.

(A. Artens)

Cahiers Du Féminisme



O porteiro da noite

Resenha de *O porteiro da noite*, filme de Liliana Cavani. Com Charlotte Rempling e Dirk Bogarde. Em circuito nacional. O torturador nazista encontra sua torturada predileta muito tempo depois...

Com a atraente observação escrita nos cartazes dos cinemas "na integral", este filme, anteriormente proibido, vem recebendo filas de curiosos. Se esses espectadores esperam uma denúncia das atrocidades da SS hitlerista contra os judeus, saem desapontados. Se vão à procura de cenas sexuais sádicas e escabrosas (e/ou prazerosas?) que a imaginação nazista pôde concretizar com seus prisioneiros, também saem frustrados. Nem mesmo o enorme cartaz mostrando a semi-nua atriz principal, Charlotte Rempling, entre os oficiais com seus negros uniformes da SS, nem mesmo a antiga proibição do filme (uma incógnita, aliás, entre outras), podem dar uma idéia da mensagem que a diretora Liliana Cavani parece pretender. Do leque possível de interpretações que são sugeridas ao espectador, pelo menos uma é bastante nítida: há um tema central que não é novo no cinema. Trata-se de uma relação sado-masoquista (que Bergman já introduzira em suas obras e que o filme, ainda inédito comercialmente entre nós, "O Império dos Sentidos", explicita sem limites).

Neste caso em particular, o "Porteiro da Noite" é um ex oficial da SS (o sempre excelente

Dirk Bogarde), que reencontra sua torturada predileta anos depois, na Viena de 1957, e a relação estabelecida anteriormente na prisão - entre carrasco e vítima - tenta recompor-se. Marx dissera que a história se repete, na primeira vez como tragédia, e na segunda como farsa. Nessa "segunda vez" não há nenhum oficial nazista em exercício que violenta a jovem prisioneira, mas é uma mulher bela, rica e cultivada - casada com um maestro de sucesso que encena Mozart na Ópera de Viena - quem vai procurar "repetir" suas vivências antigas com seu ex-carrasco, agora um porteiro do hotel onde ela se hospeda, igualmente atraído pelos fantasmas desse rasgo de seu passado.

Rodeando esse tema central a diretoria tece uma tênue rede das ligações entre os ex-nazistas que se unem e se julgam entre si, para destruírem as provas de seus crimes, antes que os judeus caçadores de nazistas o façam. Ao mesmo tempo, eles se reúnem tentando esboçar uma "psicoterapia grupal", na tentativa de eliminar, em cada um deles, possíveis sentimentos de culpa que o tempo poderia ter criado. E é esse sentimento de

culpa, ao que parece, a mola mestra dessa história.

O triunvirato culpa-castigo-prazer mantêm-se dentro de um bom ritmo e consegue prender a atenção do espectador. A relação sado-masoquista, apenas constatada como rótulo, pouco diz, mas se lembrarmos que a psicanálise (seguramente, a diretora Liliana Cavani não a dispensou na elaboração de sua obra) tenta explicar essa relação como um sentimento de culpa (mesmo inconsciente), que no masoquismo se manifesta como um sadismo contra si próprio, e no sadismo essa destruição é exteriorizada, talvez as coisas se esclareçam um pouco mais.

Na história como tragédia Lucía (Charlotte Rempling) é submetida, incondicionalmente, às fantasias sexuais de Max (Dirk Bogarde), tornando-se, no campo de prisioneiros, sua "garotinha". Como vítima, não lhe cabe ter prazer nos jogos sexuais que lhe são impostos, mas ela o tem. Como vítima, não lhe cabe dizer ao algoz sobre um prisioneiro que a importuna, mas ela o faz. E qual Salomé, acaba por receber a

cabeça de João Batista (no caso, a do prisioneiro) como "presente".

Na história como farsa, o reencontro do par obedece às mesmas regras de antes: o prazer em sofrer o castigo, a dor, a punição, com a diferença que, agora, esse ritual aparece como sendo o único meio de redimir a culpa pelo alto preço pago para a sobrevivência. No entanto, carrasco e vítima não mais aparecem com limites bem contornados como antes.

Não há uniformes, nem prisão, e o jogo sado-masoquista passa a dispensar personagens definidos. Os próximos movimentos do filme já podem ser previstos. A dissolução da identidade dessas vítimas-carrascos é inevitável, e restará, tão somente, a morte real (num final bem elaborado pela diretora). O assassinato desse par é o último e insignificante fato que vem arrematar o movimento lento e cruel de destruição e aniquilamento iniciado em vida. Não teria razão Freud ao dizer que "...poder-se-ia admitir que o instinto de morte atua silenciosamente no íntimo do ser vivo, perseguindo sua desintegração..."? (Rachel de Andrade).



Centenário do nascimento de Trotski

IIIª Internacional: Da revolução à reforma

No ano do centenário do nascimento de Trotski, nome indissolúvelmente ligado à idéia da revolução mundial e da necessidade de um partido mundial, publicamos uma retrospectiva da história das Internacionais.

Por Virginia Pinheiro

Para a esquerda revolucionária da IIª Internacional (que se reuniu em 1915 em Zimmerwald-Suíça para se posicionar contra a guerra imperialista e organizar a resistência contra os governos imperialistas de cada país) a criação da IIIª Internacional em 1919 resultava de uma lógica rigorosa.

O desenvolvimento da crise do capitalismo gerada pela guerra assim como os primeiros sucessos da Revolução Russa - sempre entendida como parte de um processo ofensivo mais amplo - permitiam concluir que se abria para o proletariado europeu uma chance histórica inédita que tinha de ser aproveitada com a maior eficácia possível. No entanto, a ausência de um instrumento revolucionário - capaz de coordenar e promover sua luta pela conquista do poder - poderia comprometer essa chance; era evidente que não se podia esperar que os partidos que compunham a IIª Internacional pudessem dirigir a luta no sentido de derrubar a burguesia com a qual haviam acabado de aliar-se em seus respectivos países. Por outro lado, além de necessária, a criação desse instrumento era ao mesmo tempo historicamente possível: a desmoralização e o enfraquecimento da Internacional que se lançara na guerra e a enorme popularidade da Revolução vitoriosa na Rússia abriam a possibilidade para uma Internacional revolucionária de massas.

"Se a Iª Internacional previu a evolução futura da luta de classe, se a IIª Internacional reuniu e organizou milhões de proletários, a IIIª Internacional é aquela da luta aberta das massas, aquela das realizações revolucionárias. É a Internacional da ação". Assim exprimia o manifesto lançado pela nova organização em seu primeiro congresso para precisar sua originalidade e sua especificidade em relação às suas predecessoras cuja herança revolucionária reivindicava. Ao mesmo tempo a nascente organização deixava claro que suas novas tarefas implicavam uma ruptura completa com o tipo de funcionamento da Internacional anterior: os reformistas não poderiam ter lugar dentro de uma organização nascida do combate e concebida para o combate. Este é o sentido das rigorosas 21 condições de ingresso nela, que apesar de aprovadas animaram o debate interno nos primeiros anos da Internacional.

Uma ampla democracia interna

Entretanto, apesar de duras, as 21 condições não impediram nem a adesão dos mais heterogêneos partidos, nem a diversidade ideológica de seus membros, nem a mais ampla liberdade de tendências em seu interior.

Ao lado de socialistas de esquerda, tal como os spartakistas alemães, figuravam homens de passado infinitamente menos radical tais como o francês Ludovic Frossard, ou como os italianos Cachin e Serrati. E sobretudo, a nova Internacional conseguiu atrair, e para além das fronteiras, propriamente européias, numerosos grupos de tendência anarco-sindicalistas ou simplesmente anarquistas entusiasmados com a organização dos conselhos operários (soviets) da Revolução Russa, agora dispostos à disciplina partidária. (1).

Nada poderia se parecer menos com a formação monolítica que iria suceder a Internacional leninista do que esta organização agitada pelos debates constantes. Apesar do enorme prestígio da Revolução Russa e dos líderes bolcheviques, não havia, por então, a submissão e o respeito automático à autoridade da direção. Essa marca da vida da Internacional em seu primeiro período foi impressa desde o congresso de 1919. Os organizadores soviéticos estavam convencidos da necessidade imperiosa de transformá-lo em congresso de fundação da nova organização. Contavam no entanto, com a firme oposição dos delegados do jovem Partido Comunista Alemão que reivindicavam maior tempo para uma implantação mais firme do comunismo na Europa. Lenin, para quem a questão tinha uma importância vital, defendeu desesperadamente a posição do Partido Soviético, mas sua intervenção de nada valeu. Zinoviev, que presidia a reunião, sentindo que a posição de seu partido era largamente minoritária assim se expressou: "Nosso partido sustenta que o momento de fundar a IIIª Internacional chegou e que nós devemos fazê-lo nessa conferência. Mas como nossos amigos da Alemanha, o PCA, insistem em transformá-la apenas numa conferência preliminar, nós julgamos necessário aceitar provisoriamente as proposições dos comunistas alemães". No dia seguinte, no entanto, a chegada inesperada de um representante do PC austríaco - um jovem desconhecido - mudou todo o curso dos debates. Ele descreveu com entusiasmo o clima revolucionário da Europa

Central, especialmente da Áustria e da Hungria, e em vista dele, a grande esperança de seu partido na fundação da IIIª Internacional. A decisão da véspera, então, foi colocada em causa e a fundação da IIIª Internacional foi proclamada por unanimidade menos cinco votos: os da delegação alemã. (2).

Os líderes questionados

O caráter "excessivamente russo" dos esquemas e teses apresentados pela direção da Internacional - Moscou foi desde o início sua sede - foi mais de uma vez posto em cheque pelos delegados estrangeiros, assim como o peso excessivo da delegação russa nas instâncias dirigentes foi abertamente criticado e defendido apenas como um "mal provisório" criado pelo curso da revolução mundial.

Por outro lado, era rara a resolução sobre uma questão importante que não tivesse de ser confrontada com propostas alternativas: "A famosa resolução sobre a questão nacional redigida por Lenin foi votada em confronto com a contra-proposta do delegado indiano Roy; os adversários da participação na vida sindical e nas atividades parlamentares expuseram amplamente seus pontos de vista e em 1920 a plataforma da Oposição de Esquerda (de Alexandra Kollontai) no interior do Partido Comunista soviético foi distribuída aos congressistas por iniciativa dos próprios organizadores" (3).

A vida interna dos diversos partidos comunistas apresentava as mesmas características da Internacional. E mesmo quando, a partir de 1921 a evolução interna da revolução russa e do PC da URSS deu lugar a uma série de restrições à democracia interna - a interdição de outros partidos e a suspensão das frações no próprio partido russo - o clima de liberdade continuou a reinar no movimento comunista fora da Rússia. É a morte de Lenin, a luta por sua sucessão e a exacerbação das relações entre a direção do partido soviético e sua oposição de esquerda (agora encabeçada por Trotski) que marca o início da mudança na vida interna dos demais partidos comunistas e a degradação de sua prática política. "Em julho de 1924, no Vº Congresso da IIIª Internacional, uma das teses adotadas decreta a "bolchevização" das organizações comunistas ao definir uma de suas principais exigências: "O partido deve ser centralizado, não permitir nem frações, nem tendências e ser forjado por um único molde". A Internacional Comunista inaugurava assim, seu período pós-leninista. (4).

O internacionalismo leninista

Ora, um dos traços mais marcantes do leninismo - e um dos menos passíveis de tergiversação, pois que perpassa toda a sua obra - é o internacionalismo. Pós 17 sua manifestação mais fundamental é a da defesa da subordinação da Revolução Russa às necessidades da Revolução Mundial. Lenin, como Marx, sempre acreditava na superioridade dos países capitalistas avançados sobre a Rússia atrasada. "Se nós tivemos que começar a revolução - dizia ele em novembro de 1918 - isto não foi de modo algum em virtude de quaisquer méritos do proletariado russo, ou porque ele estivesse mais avançado que os outros; ao contrário, foi apenas por causa de uma fraqueza particular, do estado atrasado do capitalismo e de circunstâncias militares e estratégicas particularmente incômodas que nós tivemos de nos colocar à cabeça dos outros destacamentos" (5). E na "Doenças Infantis do Comunismo" ele sentenciava: "após a vitória da revolução proletária, mesmo se ela tiver lugar em apenas um dos países avançados, com toda probabilidade se produzirá uma brusca mudança, ou seja: a Rússia se tornará, logo após, um país não mais exemplar, mas retardatário do ponto de vista soviético e socialista". E ainda: "Foi mais fácil à Rússia começar a revolução socialista, enquanto lhe será mais difícil que aos países da Europa continuá-la e levá-la ao seu termo" (6).

Como assinala Marcel Liebman com precisão, esta "ausência de qualquer orgulho russo" era acompanhada de uma "humildade nacional" de tendência crescente à medida em que se desenvolvia a experiência soviética. No VIIIº congresso do partido russo ele dizia: "talvez cometamos erros mas esperamos que o proletariado do ocidente nos corrigirá" (7).

Subordinação da Rússia atrasada às necessidades da revolução mundial de um lado e a crença inabalável na revolução européia de outro. Só assim se justifica a importância que a IIIª Internacional teve para ele e para o restante da direção soviética. Mas o refluxo da revolução mundial marcado pelas sucessivas derrotas de 1919 (Alemanha, Áustria e Hungria) e 1923 (novamente



a Alemanha) e o conseqüente isolamento da Rússia atrasada acentuaria as condições objetivas para o processo de burocratização que teve lugar, inicialmente dentro da URSS e em seguida em todo o movimento comunista mundial.

Com a morte de Lenin, se dará, dentro do PCUS, a hegemonia da fração stalinista depois de uma encarniçada luta interna que aplastará um a um todos os representantes da velha direção bolchevique: Trotski, Kamenev, Zinoviev, Bukárin. Politicamente essa hegemonia significará a transformação da ditadura do proletariado exercida pelos soviets, na ditadura do partido sobre os soviets, na do comitê central sobre o partido e finalmente na ditadura de um homem só sobre o comitê central.

A partir de 1928 o curso do movimento comunista se identifica plenamente com o nome de Stalin. O processo de stalinização da IIIª Internacional por seu turno, significará a revisão completa de todos os pressupostos básicos dos seus 4 primeiros congressos, cuja maior expressão será o da subordinação dos interesses da Revolução Mundial aos interesses particulares do Estado Soviético.

Inicialmente o problema se apresentara sob a forma de uma discussão sobre a possibilidade ou impossibilidade da vitória completa do socialismo em um só país. (8).

O socialismo num só país

No IVº Congresso da IC, o último em que Lenin participou, foi aprovada uma resolução sobre a revolução russa na qual é reafirmada a tese marxista tradicional: "O IVº Congresso lembra aos trabalhadores de todos os países que a revolução proletária não poderá jamais vencer no interior de um só país, mas no quadro internacional, enquanto revolução proletária mundial". Em maio de 1924, Stalin permanece inteiramente fiel a esta tese: "Para derrubar a burguesia, diz ele, os esforços de um só país são suficientes como a história de nossa revolução demonstra. Para o triunfo definitivo do socialismo, para a organização da produção socialista, os esforços de um só país não são mais suficientes, sobretudo de um país agrário como a Rússia; para isto são necessários os esforços dos proletários de vários países avançados" (9). Porém, desde o final deste ano, no contexto da luta contra a oposição, Stalin começa a rever essa teoria com argumentos perigosos. Em seu artigo "Outubro e a tática dos comunistas russos" de dezembro de 24 Stalin atribui "aos oportunistas de todos os países" a tese segundo a qual "a revolução proletária não pode se dar senão nos países desenvolvidos industrialmente". Mas entre esses oportunistas, além de Trotski, estavam incluídos ainda, Marx,

Engels e Lenin. Nesse momento, no entanto, muito próximo do período leninista, a revisão ainda não pode ser completa. Stalin é obrigado a instituir uma distinção das mais sutis entre "a possibilidade de construir a sociedade socialista completa em um só país" - o que ele chama de "verdade indiscutível" - e "uma garantia total contra a restauração do regime burguês", esta sim, exigindo a vitória da revolução em outros países. Ao que Trotski responde com toda justeza: "Se se admite a possibilidade da construção completa do socialismo na URSS, é falso pensar que "a garantia total contra a restauração do regime burguês" exige a vitória da revolução nos países avançados, porque então, o poder militar e econômico da URSS seria tal que a hipótese da restauração estaria praticamente afastada. A realidade de uma tal sociedade socialista daria o golpe de misericórdia no capitalismo mundial e quase permitiria fazer a economia da revolução proletária mundial. "Eis porque, acrescenta profeticamente Trotski, toda a concepção de Stalin leva, ao fundo, à liquidação da Internacional Comunista. Com efeito, qual poderia ser, seu papel histórico se o destino do socialismo dependesse em última instância, do "plano de Estado da URSS? Nesse caso, a IC... não tem outro objetivo senão o de proteger a construção do socialismo contra uma intervenção; em outras palavras, ela é reduzida ao papel de guarda-fronteira" (10).

O monolitismo stalinista

Com a derrota da oposição de esquerda na URSS e na Internacional, a teoria do socialismo num só país se torna a teoria oficial da IC (VIº Congresso, 1928). Daí em diante sua história pode ser resumida basicamente em dois períodos caracterizados por políticas absolutamente opostas segundo os interesses da política externa soviética:

Período de 1927-1933: política ultra esquerdista, sectária e desastrosa de negar a Frente Única operária com a social-democrática (caracterizada como social-fascista) contra o perigo nazista, política esta que contribuiu decisivamente para a tragédia da vitória de Hitler na Alemanha.

Período de 1935-1938: política direitista e oportunista das Frentes Populares com partidos burgueses (caracterizados como "democráticos" e "amantes da paz") e a negativa explícita de colocar o socialismo na ordem do dia (o que leva à derrota importantes revoluções em andamento como a França em 1936 e a Espanha em 1938). Esse período corresponde ao aumento da repressão dentro da URSS - os vergonhosos processos de Moscou - e nos diversos partidos comunistas do mundo quando são assassinados inúmeros dirigentes.

Por outro lado, o monolitismo stalinista chega a tal ponto, que a partir da derrota da oposição os congressos da internacional passam a ser dispensados e o funcionamento da organização é assegurado apenas através de sua comissão executiva diretamente de Moscou.

Em 1924, o VIº Congresso cristaliza a hegemonia da fração stalinista adotando a tese do socialismo num só país e a política ultra-esquerdista.

Sete anos mais tarde realiza-se o VIIº e último congresso que marca a virada direitista do 3º período. Finalmente, em 1943, a Internacional é dissolvida diretamente de Moscou, sem necessidade de congresso, para facilitar os termos do acordo firmado entre Stalin, Roosevelt e Churchill na hora da divisão dos louros da vitória da IIª Guerra. O episódio é tão elucidativo que merece ser tratado à parte.

(1) A ponto de em março de 1921, Antoon Pannekoek, representante da ala esquerdista do comunismo holandês, acusar a direção da IIIª Internacional de "buscar a adesão do maior número possível de oportunistas". Citado por Marcel Liebman «Le Leninisme sous Lenin» vol II, pg 277

(2) Liebman, idem pg 287-288

(3) Ibidem pg 289

(4) Ibidem, pg 292

(5) Lenin, Oeuvres, vol 28, pg 138.

(6) Lenin: idem, pg 432

(7) Liebman, idem pg 298

(8) Ver a respeito da "revisão stalinista" o livro de Fernando Claudin «La crisis del Movimiento Comunista» cap II, do qual retiramos todas as citações que seguem.

(9) grifado por Claudin

(10) Trotski, A Revolução Traída, Passagem resumida por Claudin

A seguir:
A Dissolução
da Internacional Comunista
(por Fernando Claudin)



Por Marco Aurélio Garcia

Um novo Partidão?

José Salles, o mais jovem membro do Comitê Central do PCB, em entrevista exclusiva, fala das novidades no partido, sua luta interna, as relações com os demais forças da esquerda e as propostas para o movimento político.

Há pouco mais de dois meses, a grande (e a "média") imprensa descobriram a existência de José Salles, o mais jovem dirigente do PCB, e trataram de transformá-lo em produto de consumo para um público cujo apetite pelo noticiário sobre a esquerda estava na razão direta do jejum a que havia sido submetido durante os vários anos de censura. Mas a cobertura da imprensa, muitas vezes estereotipando suas posições, ofereceu uma visão parcial sua, preocupada às vezes mais com suas virtudes de dançarino nas noites de sexta-feira no Clube do Samba no Flamengo, do que com suas posições políticas.

EM TEMPO buscou José Salles para uma entrevista na qual ele pudesse expor de forma mais sistemática seu pensamento e fomos cordialmente recebidos. Para nós, esta entrevista corresponde à necessidade de difundir as opiniões do representante de uma corrente da esquerda brasileira que desempenha desde agora um papel relevante no quadro político nacional. Diferindo em muitos pontos, como Salles mesmo constata, a entrevista pôde se realizar — e dentro de um clima de extrema cordialidade — graças a uma disposição comum de diálogo, na convicção de que nada melhor do que confrontar idéias.

Esta atitude como outras de Salles pronuncia uma modificação no PCB, que se materializaria no VII Congresso já convocado pelo Comitê Central? Sem dúvida.

O problema, no entanto, é precisar a extensão destas modificações. Dificilmente o Partidão será sacudido por uma violenta crise, opondo radicalmente "eurocomunistas" contra "moscovitas", como fazem crer muitas simplificações da imprensa.

Quando José Salles, sem esconder as divergências existentes no CC, tenta desdramatizá-las e sublinhar os pontos de unidade, ele não está seguramente cumprindo um ato de diplomacia interna, mas expressando a tendência objetivamente conciliadora que atravessa os organismos dirigentes do PCB. E não poderia ser de outra forma. A "abertura" tende a favorecer a unidade do PC, ainda que a discussão interna possa vir a ser áspera em certos momentos. De qualquer maneira, até agora nenhuma das correntes de opinião no interior do Partidão expressou um ponto de vista que signifique um questionamento de seus postulados estratégicos e táticos.

"À direita" ou "à esquerda" o que prevalece são os matizes. O "aggiornamento" do PCB, no entanto, deve ser seguido com interesse.

Que etapa vive hoje o PCB?

— Uma etapa muito importante. Voltamos a uma presença aberta no cenário político, o que é uma conquista de todos aqueles que lutaram pela liberdade. Mas é um momento de grande responsabilidade para toda a esquerda, pois podemos contribuir para consolidar as liberdades no Brasil e garantir uma maior presença dos trabalhadores manuais e intelectuais — em especial a classe operária — na vida do país, fazendo coisas que nós sempre tivemos vontade de fazer e nunca conseguimos. Podemos ter agora ter uma vinculação mais próxima com o movimento operário e sindical, o que é fundamental para nós que pretendemos representar uma parte da classe operária e analisar as questões políticas inspirados nas idéias de Marx e Lenin. As possibilidades de êxito de uma luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil são grandes hoje, como resultado de um esforço que não é só nosso, mas para o qual nos orgulhamos de ter dado uma contribuição importante. Quando houver clima para a liberdade de todos os partidos políticos

no Brasil, nós poderemos conhecer melhor a realidade brasileira e ser melhor avaliados pelos trabalhadores, pela intelectualidade e todas as forças vivas da sociedade.

Nós pretendemos representar uma parte da classe operária

— E o Congresso do PCB?

— Estamos empenhados em organizar neste momento um Congresso, onde todos os comunistas debatam e passem a formular uma linha que leve em conta os novos fatos da conjuntura. O congresso é importante, pois existem muitas questões a serem analisadas. O Brasil mudou muito nestes últimos 15 anos: as forças produtivas se desenvolveram, mudou a classe operária, mudou a burguesia, mudaram as camadas médias, nossa cultura, e todas estas questões nós temos dificuldades de tratar em um só congresso.

— O Congresso vai debruçar-se sobre o passado do partido?

— É uma deficiência nossa que não tenhamos escrito nossa história, pois as raízes de nossos erros nós a encontraremos também nela. Para mais restrito que venha a ser o temário do congresso, ele não poderá deixar de analisar certas linhas de continuidade de nossa história.

— Para muitos partidos comunistas a discussão sobre a herança do movimento comunista internacional, sobre as relações com o PC soviético e sobre a natureza do regime vigente na URSS ocupa um lugar importante em sua vida política. Como esta problemática incide sobre os militantes e sobre a direção do PCB?

— A nossa preocupação central são os problemas ligados à realidade brasileira e nós buscamos não copiar modelos, seja o modelo espanhol ou soviético. Nós não temos um farol, não temos um centro dirigente, não temos um partido guia. Todos os partidos são autônomos. Nossa pretensão é analisar as características do sistema político brasileiro para poder estabelecer a natureza que terá um poder dos trabalhadores no Brasil.

A experiência do movimento revolucionário mundial, em particular do movimento comunista, é muito rica e merece um estudo mais aprofundado. É ademais uma questão muito atual, de grande importância. Por exemplo, o stalinismo, o sistema do culto, é uma questão que nos interessa a todos e que deve ser analisada no sentido de que sejam superadas suas seqüelas. Temos que ter claro que as deficiências no centralismo democrático, na democracia interna, atrapalharam e atrapalham o funcionamento do nosso partido e dificultam hoje

que ele se transforme em um partido de massas. Como evolui no PCB a discussão sobre as relações entre democracia e socialismo?

— No fundamental, nossa posição é a do VI Congresso. A vinculação da democracia e do socialismo é muito íntima; sobretudo no Brasil onde há uma forte tradição de autoritarismo. A luta democrática tem um conteúdo muito avançado no Brasil. A luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo e as conquistas democráticas tem um valor permanente e são conquistas do povo e não foram doadas pelas classes dominantes.

Hoje o fundamental é conseguir uma democracia estável

— Este processo supõe uma ruptura com a ordem estatal burguesa?

— As transformações de caráter socialista implicam em uma negação dialética da ordem social burguesa. A questão é como se dará esta negação. O caminho para o socialismo, de uma forma ou de outra, implica em uma redemocratização radical da sociedade. Mas é importante não eludir a transformação de conteúdo no aparelho de Estado. A forma que tomará esta troca de classes, no entanto, dependerá da ação das classes dominantes. O aparelho de Estado tem que se modificar, mas não podemos prever qual o grau das transformações. O mais importante é a acumulação de forças. Hoje, o fundamental é conseguir uma democracia estável e fortalecer o conjunto da sociedade civil.

— Uma questão controversa: a constituinte é com ou sem João? Qual a tua visão sobre o momento atual e como enfrentá-lo taticamente?

— A esmagadora maioria não está conforme com o regime de arbítrio, e disto há um sem número de manifestações nestes últimos anos. As próprias classes dominantes se deram conta disto. As modificações que se produziram foram essencialmente conquistas populares. A situação atual é de lusco-fusco, coexistindo estas conquistas com o arbítrio, fortemente implantado ainda. Por isto as liberdades democráticas são uma bandeira fundamental. É importante uma anistia irrestrita, romper com a política salarial, garantir a democracia para os operários, para fortalecer o movimento sindical nas empresas. Damos muita ênfase no fortalecimento do movimento operário nas empresas. As greves preparadas nas empresas são bem preparadas e feitas em torno a bandeiras que os trabalhadores compreendem, e que podem levar a vitória. Existem vários tipos de greves. As vezes de 15 minutos, de uma hora, de advertência. Devemos ver todas as modificações na correlação de forças e

as possibilidades reais do movimento. A luta é longa, há muita força a acumular.

Ademais de questões como as da anistia, da revogação das leis de exceção, da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, existe a questão da constituinte. Mas não pode ser uma constituinte de poucas pessoas, ela tem de ser eleita num clima de democracia, de liberdade. Mas há pré-requisitos para esta constituinte: liberdade de organização para todos partidos, uma campanha eleitoral livre, liberdade sindical, anistia, enfim um clima onde as massas possam influir na eleição da constituinte e onde seja limitada a influência do poder econômico.

Dizer que a constituinte será com fulano ou com sicrano é errado, e nenhum de nós declarou isto à imprensa. Nós não colocamos como pré-requisito a derrubada deste ou daquele governo, mas a existência de um clima democrático.

A constituinte não tem como pré-requisito a derrubada do governo

— Mas um pré-requisito para que o PCB apoie a constituinte é a sua legalização?

— Sim. Não só a legalização do PCB como a de todos os correntes. Legalização com democracia.

— Uma das críticas que se faz ao PCB é o fato dele não ter lutado, da mesma forma que o PTB, pelo desatrelamento do sindicato em relação ao Estado. Eu acho que nós lutamos. Veja o caso do Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Foro Sindical de Debates e outras organizações intersindicais existentes antes do golpe. Nós, no passado, tentamos organizar sindicatos paralelos. Hoje nós pensamos que devemos estar onde os trabalhadores estão. Nós pensamos que a estrutura sindical deve mudar, que os sindicatos devem ser livres e autônomos e lutamos por uma Central Única de Trabalhadores.

— A este respeito, uma questão polêmica. O Lula e muitos outros dirigentes sindicais estão de acordo com a formação de uma Central Única, mas não apoiada na atual estrutura sindical, enquanto que os sindicalistas vinculados ao PCB teriam uma posição de impulsionar CUT desde agora. Qual a tua posição?

— A preocupação do Lula tem certo fundo de razão, pois é necessário modificar a estrutura sindical. Mas é importante reforçar a atividade de solidariedade dos sindicatos e isto reforça a formação da CUT. A Central Única não surgirá de uma ato legislativo, mas será o fruto de uma acumulação de trabalho que vem sendo feito hoje. Mas nós vemos a CUT num clima de liberdade sindical, com estabilidade dos delegados sindicais nas empresas, possibilidade de organização nas empresas, de organização horizontal. A Central será fruto da mobilização desde hoje, uma mobilização na luta.

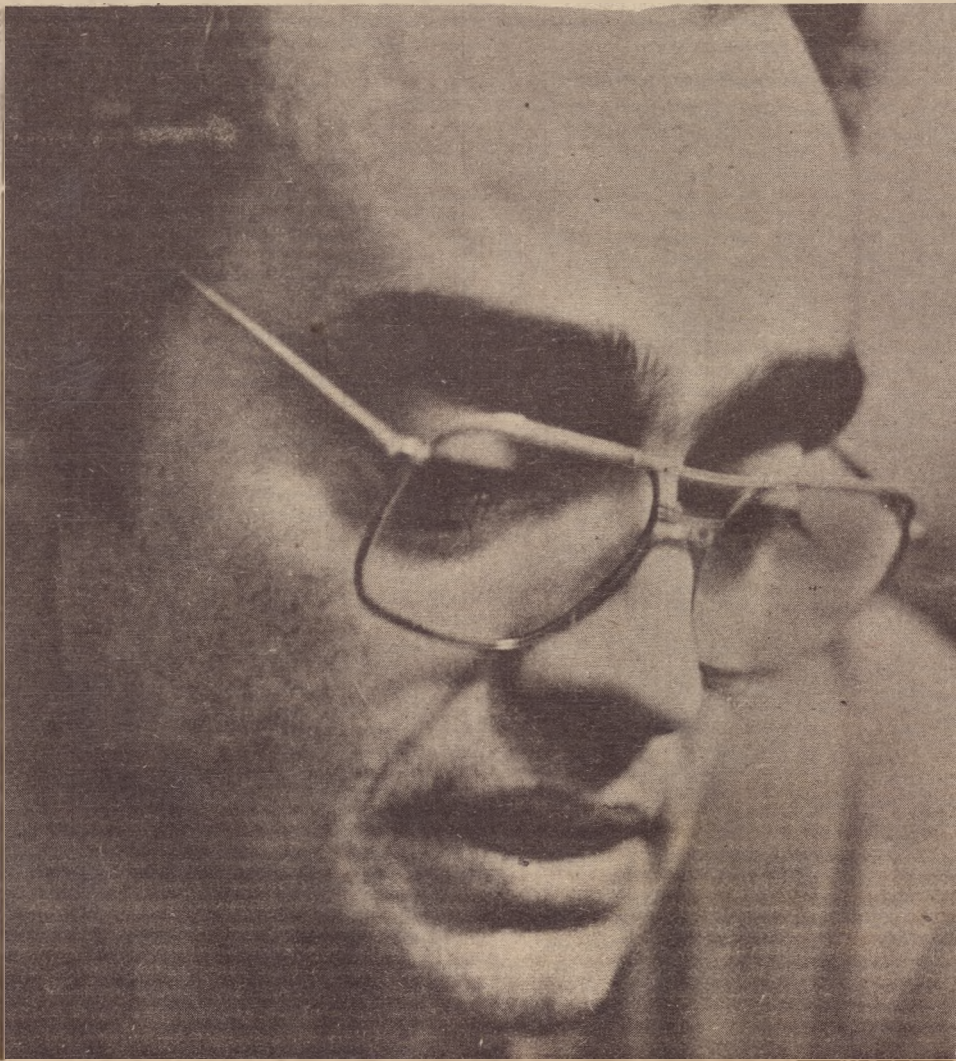
— Vejamos agora o problema da reorganização partidária. O PC tem defendido a tese da unidade das oposições no marco do MDB. Como tu avalia então outros projetos partidários como o PTB e o PT?

— Como somos pela liberdade de organização de todas as correntes, vemos como saudável que setores do movimento operário queiram organizar o PT. Não vemos isto como ciúmes, nem achamos inoportuno. É a vontade dos trabalhadores de participar na vida social. Mas o arbítrio impede a organização dos partidos e tenta implodir a oposição, que não se resume ao MDB. Mas no quadro atual é do interesse de todos o fortalecimento do MDB. O arbítrio tenta dividir as oposições. Tenta até explorar supostas ou reais divergências no interior do PC. Nós somos particularmente sensíveis ao esforço de organização do PT, enquanto expressão da classe operária. Nós vamos disputar os votos que hoje são carreados para a direita, ainda que não sejam de direita; e não vamos nos degladiar entre nós. Compreendendo que a oposição é bem mais ampla do que o MDB, insistimos que hoje ele é seu principal instrumento.

O MDB é o principal instrumento da oposição. O PT? Não temos ciúme nem nos colocamos numa superioridade olímpica.

— A organização PT, com uma base operária importante, não representa em certa medida o fracasso do PC em influir a classe, sobretudo em seus setores emergentes?

— Nós não nos colocamos em uma posição de superioridade olímpica. A unidade da classe operária é uma condição para o êxito da luta dos trabalhadores. Que existem lideranças que se prestigiem lutando pela unidade da classe operária, nós consideramos que é uma prova de vitalidade da nossa política. Nós vemos isto com muita satisfação. Esperamos que estas lideranças operárias acertem. Nós vemos isto com ciúmes.





— Dez anos após a morte de Carlos Marighela, qual a avaliação que tu fazes da ação deste que até 1967 foi um dos principais dirigentes do PCB e que rompeu com o partido em torno sobretudo aos problemas da luta armada?

— O Mariga, durante décadas foi nosso dirigente, morreu por seus ideais, e merece todo nosso respeito enquanto homem. Mas nós discordamos das teses que ele defendeu e isto desde nosso último congresso. Nós pensávamos e pensamos que a luta contra o arbítrio ditatorial deveria ser levada no terreno das grandes massas. Por mais heróicos que fossem, determinados grupos não resolveriam esta questão, podendo até provocar prejuízos. A política que Marighela defendeu com ardor não nos parece contribuir para a unidade das forças anti-ditatoriais, pelo contrário, ela dificultou o processo de unidade, não facilitou o processo de ascenso do movimento operário. E isto dizemos para sermos leais com o próprio Marighela. Nós fomos solidários com todos os que se opuseram à ditadura, mas pensamos que o caminho seguido por Marighela e outros foi prejudicial na luta contra o arbítrio.

— Uma das características da conjuntura são as mutações que começam a operar-se na esquerda. Uma das expressões destes deslocamentos é o esboço de aproximação de várias organizações clandestinas com o PCB. É, por exemplo, o caso do MR-8. O que há de verdade sobre isto?

— Existem várias organizações de esquerda no Brasil que nos merecem muito respeito. Li as declarações de um companheiro, chamado Muniz, ao que sei um ex-líder universitário. Ele colocou coisas que me pareceram muito corretas, quando diz que o debate entre as diversas correntes deve ser franco e que nele cada um deve guardar seu próprio perfil. Evidente que nós estamos satisfeitos de saber que nossas idéias tem mais receptividade. Nosso partido é pouco numeroso. E nós necessitamos um partido de centenas de milhares de pessoas para poder responder aos problemas concretos e não somente aos problemas gerais. É por isto que encaramos com satisfação a vinda para nosso partido de pessoas provadas e de experiência política e que considerarem que nossa linha, ou a que venhamos a aprovar no próximo congresso, é a mais acertada.

Aproximação com o MR-8? Cada corrente deve manter seu perfil. Isto facilita o debate.

— Mas haveria a possibilidade de que estes setores participassem na própria discussão e elaboração da linha do VII Congresso?

— Nós achamos que cada organização deve elaborar sua própria política, fazer seus congressos ou conferências, mantendo seu próprio perfil. Não nos parece ser uma contribuição para a esquerda, que uma corrente se dilua. Cada corrente deve manter seu perfil. Isto facilita o debate.

— Isto quer dizer que tu consideras que há comunistas fora do PC?

— Sim. Nós achamos que há comunistas fora do PC.

— No começo dos anos 30, a linha de "proletarização" do PC significou uma purga na direção do partido o que provocou, inclusive, a expulsão de Astrogildo Pereira, que havia fundado e dirigido a organização. A partir de 1935, começa a influência dos «tenentes» na direção, influência que se expressa na sua incorporação à direção do partido quando da democratização juntamente com os dirigentes que haviam reorganizado o PC em 1943, na chamada Conferência da Mantiqueira. A tua ascensão para o Comitê Central, significa uma nova modificação na composição deste órgão dirigente?

— Eu não estava presente no VI Congresso, quando fui eleito para o Comitê Central, mas minha primeira reação foi pensar: puxa, o partido deve estar fraco. Nessa preocupação é que as diversas direções refletem a realidade que nós vivemos, em especial a realidade do movimento dos trabalhadores. Nós queremos que estejam representados no partido, especialmente os trabalhadores, mas também as mulheres, a juventude, a intelectualidade. Nós nos colocamos como um partido da classe operária e não para a classe operária. Mas nós nos orgulhamos de nossas relações com a intelectualidade. Somos também o partido de Vianinha, Paulo Pontes, de Graciliano Ramos, Di Cavalcanti, Portinari, Samuel Pessoa, Niemeyer. Pela própria função dos trabalhadores queremos ser o partido que represente as forças vivas da população. É claro que nosso enraizamento no mundo intelectual, científico e artístico deve se refletir nos órgãos de direção do Partido. E o mesmo para o caso das mulheres, da juventude, etc. É muito importante o rejuvenescimento do Partido, precisamos ser um partido moderno, no sentido de correspondente ao quadro atual do Brasil, que é muito diferente do de alguns anos atrás. Isto necessita ser tratado sem açodamento, sem que se coloque o problema de luta de gerações. Nós necessitamos ter uma direção mais ágil, mais flexível, mais adequadas à situação atual.

— Há um conflito no interior do Comitê Central? E qual é a substância real desta luta interna, reconhecida publicamente pelos próprios dirigentes?

— É público, e nenhum de nós nega: existem pontos de vista distintos sobre questões no CC. Nós achamos que isto é positivo, é um sinal de vida e não debilita nossa unidade, pelo contrário, reforça. Não há monolitismo, nem uniformidade na avalia-

ção de cada um. Mas há unidade. Nós nos empenhamos em desenvolver a capacidade criadora de cada um. O maior erro seria que poucas pessoas pensassem.

Gostariamos que as reuniões do CC fossem públicas.

Se analisarmos as declarações de nossos dirigentes e militantes vemos que há uma convergência grande de pontos de vista. Gostariamos que as reuniões do CC fossem públicas.

As divergências recobrem questões de estratégia e tática?

— Certo. E isto ficará mais claro no processo do Congresso: Existem debates na questão da democracia. Qual sua função e papel na marca para o socialismo. Divergências sobre o papel das massas

da luta política. Nuances menores na questão da política de alianças da classe operária. Divergências na avaliação crítica da experiência de diversos partidos comunistas do mundo. Não fazemos nenhum empenho para esconder estas divergências.

Mas, nos 12 anos em que me encontro no CC nunca vi maior unidade. O que é novo é que nossas divergências se tornaram públicas. É positivo que outros se interessem por estas discussões.

O Prestes já disse que estas questões tem de ser discutidas no Congresso e isto expressa nossa opinião.

— Para concluir, alguma colsa mais...

— Eu queria agradecer a oportunidade que me foi dada por EM TEMPO. Eu acompanho EM TEMPO desde o exílio e ele foi para mim um elemento importante de vinculação com nossa realidade. Eu aprecio este tipo de tolerância, característica dos lutadores, para com os que tem um pen-

Documento Inédito:

PC de São Paulo analisa a volta à legalidade

O documento, reproduzido aqui na íntegra, é assinado pela Comissão Executiva Regional estadual e datado de setembro de 79

1 Conforme assinala a Resolução Política de maio do CC, publicada na Voz Operária de junho p.p. vivemos uma nova situação política no país, fruto das conquistas acumuladas pelo movimento democrático nos últimos anos e das manobras do regime para, cedendo o mínimo, reagir e adaptar-se à nova correlação de forças, marcada pelo fracasso de uma política econômica antipopular e antinacional, pela dissensão no seio das classes dominantes, pela insatisfação generalizada entre as camadas médias assalariadas e, em especial, pelo avanço das lutas populares e democráticas, particularmente da classe operária. Esta situação nova cria problemas novos, responsabilidades e possibilidades de ação igualmente novas para o PCB, que devem ser bem compreendidas pelo conjunto dos organismos militantes do Partido.

2 Entre os resultados mais expressivos das lutas travadas pela oposição, devemos mencionar a aprovação da anistia pelo Congresso Nacional. Embora se trate de lei restritiva e injusta, que combatemos e continuaremos a combater, é inegável que sua aprovação, tanto pelo processo de discussão por ela estimulado — que ampliou o bloco oposicionista e desgastou ainda mais o regime — como por ter permitido o retorno de milhares de democratas à vida política legal, representa uma derrota da ditadura, cujos desdobramentos terão inclusive decisiva importância. Um destes desdobramentos será o retorno ao Brasil do nosso Comitê Central, há cinco anos no exílio, bem como de numerosos camaradas, outro, a volta à vida legal de conhecidos militantes e dirigentes do PCB.

3 É evidente que as modificações ocorridas na realidade política do país favorecem o trabalho do Partido, tanto no que se refere a sua atuação no movimento de massas — sempre como força impulsionadora, organizadora e unitária — como o seu processo de reorganização, o seu fortalecimento orgânico. Muito embora continuemos vivendo sob uma ditadura que não se desfaz de seus instrumentos de repressão e espionagem, de seu aparato de lei arbitrárias, e que ainda não perdeu sua capacidade de ação, é claro que seu campo de manobras se reduziu e que se criaram obstáculos maiores a utilização desses instrumentos e dessas leis. Com isso, diminuiu a pressão que o regime foi capaz de exercer contra a vida e a atividade do Partido. A persistência do regime, porém, continua a exigir que a vida orgânica do PCB seja protegida pela observância das regras do trabalho clandestino. Precisamos ter claro que o retorno à legalidade de muitos comunistas ainda não significa que o PCB deixou de ser um partido ilegal.

4 A situação criada reforça a necessidade de todos os organismos e militantes estudarem os modos de atuação mais adequados, usando para isso a experiência acumulada pelo Partido, a inteligência, a criatividade e a ousadia que devem nos caracterizar. Trata-se de descobrir as formas que assumem hoje, as relações entre o trabalho legal e o ilegal, de modo a nos livrar de uma perigosa exposição; devemos também, por outro lado, evitar a sub-utilização das grandes possibilidades de ação aberta criada pela nova realidade. Neste campo não há receitas, nem fórmulas milagrosas, devendo cada organismo debater o seu caso particular. No entanto nos permitimos observar que, regra geral, temos utilizado pouco as possibilidades de ação aberta e legal, devendo esta deficiência ser sanada breve e

rapidamente, pois dela depende boa parte de nossa capacidade de influência e de direção.

5 A emergência de uma conjuntura mais favorável e a necessidade de decifrá-la e aproveitá-la requerem que o Partido se debruce sobre sua experiência nos últimos seis anos, marcados precisamente pelo amadurecimento contraditório e acidentado da nova situação em que hoje vivemos. É forçoso reconhecer que nosso Partido não se preparou adequadamente para enfrentar a violenta repressão dos anos 74-75-76, que resultou em perdas muito sérias e difíceis de superar. A própria compreensão do que estava acontecendo foi lenta e desigual, sendo a maioria dos militantes e organismos dirigentes incapaz de perceber os contornos da operação política então desenvolvida implacavelmente e com rara ferocidade para nossa história recente. Ela visava, ainda nos umbrais da "distensão" desarticular e afastar da cena política o partido que, antes de todos, captou a natureza da ditadura e definiu uma estratégia acertada para combatê-la — o partido que, por isso mesmo, mostrou-se capaz de se converter em ator importante dos acontecimentos seguintes, recolhendo os dividendos de sua justa orientação. Se esse partido fosse qualquer outro que não o partido da classe operária, consequente defensor da democracia, da libertação nacional, da paz e do socialismo, certamente teria sido poupado da atroz perseguição então desencadeada. Exatamente por ser o PCB, é grave que não tenhamos conseguido frustrar plenamente os planos do regime; daí que, após os duros golpes sofridos, ficamos obrigados a um difícil esforço de reorganização e reinserção na vida social e política do país. Repetimos que o Partido, para recolher plenamente os ensinamentos daquela dolorosa experiência, não pode considerá-la "águas passadas" deve, ao contrário, examiná-las com rigor auto-crítico.

6 Levando em conta as dificuldades já mencionadas e nossas velhas debilidades, podemos considerar que nosso partido está conseguindo reagrupar-se e influir na vida do país, reforçando seus laços com o movimento democrático e de massas em ascensão. É previsível seu fortalecimento no futuro imediato. Algumas condições são contudo, necessárias para que o almejado crescimento do peso do Partido se concretize: entre elas, as mais importantes são a preservação e o aprimoramento de sua unidade orgânica, ideológica, e política, e o desenvolvimento criador da linha consagrada no VI Congresso e, nos anos seguintes, atualizada e aplicada pelo Comitê Central.

Como explicamos no "Comunicado n.º 1" há dois anos, entendemos que os comunistas devem se afeitar aos princípios de organização expressos nos Estatutos e fundados no centralismo democrático, que significa centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada, implicando subordinação da minoria à maioria e unidade de ação. Entendemos ainda que os comunistas devem se inspirar na tradição marxista leninista e internacionalista do movimento comunista mundial e devem considerar a linha coletivamente escolhida no VI Congresso e aplicada pelo CC então eleito, como o mais precioso patrimônio político do Partido, base segura para êxitos futuros. Devemos ter sempre claro que o PCB foi o primeiro (e durante anos seguidos o único) agrupamento político a denunciar a natureza, nova da ditadura implantada em 1964, tirando dessa constatação

samento, por vezes não concorde com o nosso. A disposição de veicular e debater opiniões distintas é um sinal de firmeza, e é uma atitude muito fecunda.

(*) A importância e a atualidade da entrevista que nos concedeu José Salles, ibrigou-nos a interromper o curso normal de nossa Contribuição à História da esquerda Brasileira. Ela será retomada normalmente, segundo a programação prevista, na nossa próxima edição.

os elementos básicos de nossa ação desde então, voltada para a conquista da democracia, à base da ampla unidade das forças antiditatoriais, da luta intensa e unitária das massas. Distinguímo-nos, durante anos, por defender um programa democrático amplo, que incluía a Anistia, a Constituinte, a Liberdade Sindical e as demais liberdades democráticas. No movimento operário, jamais deixamos de lutar no interior dos sindicatos de massas, as lutas específicas, articulando-as sempre com as questões políticas mais amplas. Destacamos nos também por defender a utilização das eleições como meio de combater o regime ditatorial e por nossa posição de trabalhar no interior do MDB ao lado das correntes e personalidades oposicionistas de todos os matizes. Tudo isso, foi fruto de nossa correta linha política, à qual nos mantivemos fiéis apesar de todos os ataques injustos e caluniosos desfechados por nossos adversários, inclusive pelos agrupamentos ultra-esquerdistas. Hoje a própria prática da maioria absoluta das correntes do movimento oposicionista reconhece a justeza e o acerto de nossa política e ação.

7 Julgamos que os êxitos alcançados em São Paulo, motivo de orgulho dos comunistas do estado, se devem a permanente preocupação com a unidade do Partido, à base de fidelidade a seus princípios organizativos e a seu patrimônio de política consequente, ampla, democrática e unitária. Sobre esta base, temos avançado na reorganização, assegurado a democracia no interior do Partido e procurado estabelecer relações corretas com outras correntes do movimento de massas, bem como com personalidades, inclusive de extração ultra-esquerdista, as quais têm aprendido a respeitar o PCB justamente pela clara definição de suas posições.

8 O coroamento do processo de reorganização do Partido se dará com a realização do VII Congresso, já convocado pelo Comitê Central. Para que possamos melhor e mais rapidamente chegar ao VII Congresso precisamos aliar à mais ampla atividade de massas e preocupação com o fortalecimento do PCB em todos os planos. Compete-nos lutar para reorganizar o PCB com um grande partido de massas, um partido numeroso, fundado em bases amplas e sólidas, profundamente enraizado na sociedade, capaz de influenciar e estar presente em todos os setores da vida nacional e de operar em estreita ligação com todas as forças vivas da nação. A vitalidade das bases, assentada na estreita vinculação com as lutas do povo, deve ser alimentada com o planejamento do trabalho, as atividades de educação e finanças e o recrutamento, orientado para as pessoas que se destacam nos movimentos sociais. Os organismos intermediários (comitês distritais, municipais e setoriais) devem, tão logo seja possível, realizar conferências para renovar as direções respectivas e desenvolver as políticas específicas das regiões ou setores onde atuam. Este trabalho é imprescindível para a regularização plena da vida do Partido no estado, a culminar-se na realização da Conferência Estadual.

Desta forma, estaremos também nos preparando para debater, democrática e unitariamente, as Teses e demais documentos para o VII Congresso — o qual deverá ser, contra a vontade de nossos inimigos, um momento de coesão do PCB. Para chegar lá, unidos em torno dos Estatutos, da linha política e do Comitê Central, e muita habilidade e combatividade.

A CER
setembro/1979



Caminhada curta, até a jardineira que me levará de volta à carretera de Masaya, quilômetro oito, sede do INRA.

«Estamos convencidos de que as transformações no campo serão de tal ordem que dentro de alguns anos o problema da agricultura será o da falta de mão de obra».

A entrevista coletiva marcada para as duas semanas em três.

— Em primeiro lugar quero informar sobre a área total que até este momento está sob administração do INRA. A procuradoria investiga a situação de cada propriedade e então decide se deve passar à administração do INRA. Neste momento, segundo esse procedimento, há um total de 322.510 manzanas.

Salvador Mayorca, vice-chefe do Instituto Nacional de Reforma Agrária, a maior autoridade, logo depois de Jaime Wheelock. Jovem. Sem senso de humor, simples mas formal. Fala encostado numa mesa; ao redor uns dez jornalistas, a maioria da imprensa local. La Prensa, Barricada e El Pueblo, os únicos três diários de Manágua. Mayorca passa a detalhar as áreas estatizadas em cada departamento; os repórteres anotam apressados a relação tediosa.

— Faltam dados de algumas regiões, e a distribuição por tipos de cultura, ou de atividade, como a pecuária. Mas podemos adiantar que aproximadamente 20 por cento da produção cafeeira nacional deste ano pertencerá a fazendas do INRA. Terras que pertenciam a Somoza e aos somozistas. Isso não inclui terras tomadas pelos camponeses, mas que não chegam a cinco mil manzanas. Além disso, muitas dessas terras ocupadas de fato, estão sob intervenção preventiva. Há uma extensão do decreto número 3, que determinou o confisco das propriedades de Somoza, autorizando a intervenção preventiva, uma vez que haja presunção de que as terras foram obtidas graças a vínculos com a ditadura somozista. Algumas das terras ocupadas por camponeses encontram-se nessa situação. A medida que vão avançando as investigações, aumentarão as áreas sob administração do INRA. Tampouco estão incluídas as terras devolutas demarcadas para colonização, e as terras ociosas em geral. Acreditamos que vai aumentar muito a área a ser colocada sob administração do INRA, porque até agora só se interveio em propriedades de somozistas notórios, ou naquelas em que não houve nenhuma possibilidade de escamotear a natureza da propriedade. À medida que as investigações foram sendo aprofundadas pela procuradoria, serão encontradas mais propriedades que pertenciam de fato a somozistas, mas que por procedimentos diversos, foram passadas em nomes de outros, logo que ficou evidente o desmoronamento da ditadura. Estimamos que uma vez concluídos pela procuradoria, os processos de expropriação, entre 40 e 50 por cento das terras cultivadas do país estarão sob administração do INRA. Quanto ao maquinário, estimamos o que mais ou menos metade do que está passando à administração do INRA é inútil, está avariada, ou por falta de manutenção ou de peças, ou em consequência direta dos combates.

Longa pausa. Agora em tom mais grave:

— Em concreto, entre os meses de dezembro e maio o problema do desemprego no país será sumamente grave, porque nesse período, uma grande quantidade de braços é utilizada na colheita do algodão. Nos últimos anos trabalhavam mais ou menos 300 mil apanhadores na colheita do algodão. Este ano haverá trabalho somente para uma quarta parte, entre 70 e 75 mil. Efetivamente estamos conscientes de que o país vai atravessar uma crise este ano e no próximo. Por outro lado, estamos convencidos de que as transformações que a revolução está introduzindo na agricultura do país são de tal ordem que dentro de alguns anos o problema será de falta de mão de obra. Objetivamente o problema hoje, e muito sério, é o da falta de emprego. É preciso que todos os camponeses e o povo da Nicarágua em geral tenha consciência disso. Esse é um fato concreto, que a revolução precisa enfrentar.

«Como política geral não haverá repartição de terras.

As propriedades estratégicas serão transformadas em empresas estatais, e os trabalhadores serão assalariados, podendo opinar sobre parte dos excedentes, através de suas representações sindicais.»

Nova interrupção. Agora mais pausadamente: — Uma das linhas fundamentais da política agrária do país, será a de obtenção de pleno emprego; equilibrar a utilização da força de trabalho de forma que não continue a situação atual, em que grande número de trabalhadores são utilizados no período muito curto de colheita

do algodão, e depois ficam sem trabalho. Um dos objetivos fundamentais da reforma agrária é o de impulsionar as transformações no campo de forma que a utilização da força de trabalho seja a mais permanente possível. Reduzir a sazonalidade da força de trabalho no campo. Esse problema deriva da estrutura da produção agrária que herdamos e sua solução pressupõe projetos de grande envergadura, que precisam ser implementados aos poucos. Mas achamos que somente dessa forma poderemos resolver os problemas de habitação, de saúde, de educação dos trabalhadores agrícolas, que hoje andam tão dispersos, vagando em ondas migratórias. À medida que os trabalhadores vão se assentando de forma permanente, será mais fácil resolver todos os outros problemas.

(Que tipos de soluções o sandinismo estuda para fixar o trabalhador e eliminar a sazonalidade e o desemprego? A pergunta é de um dos repórteres locais).

— No caso das fazendas onde predomina a cultura do algodão, pensamos em introduzir outras culturas, como a do tabaco, culturas que permitam o uso da força de trabalho durante o ano todo. Os trabalhadores, assim, seriam assalariados permanentes das fazendas, e não apenas durante os dois meses em que dura a colheita do algodão. Mas isso apenas não resolve. Pensamos também em ampliar a irrigação o mais possível, de forma que o uso das terras independa do regime de chuvas. Outra possibilidade está em projetos de exploração racional das madeiras, ou da palma africana. E fomentar culturas não sujeitas a uma sazonalidade tão drástica, como é o caso do tabaco, que utiliza a força de trabalho durante seis ou sete meses. Entendemos que sazonalidade é um dos problemas fundamentais da nossa agricultura, como ademais, acontece em todos os países capitalistas dependentes como o nosso.

(Pergunto: as terras de Somoza não serão repartidas entre os camponeses? Os camponeses sem terra receberão terras?)

— Como política geral não haverá repartição de terras. As propriedades de Somoza funcionavam como unidades eficientemente. A divisão dessas fazendas levaria a uma quebra de eficiência. É do interesse dos próprios camponeses que essas fazendas tenham sua integridade preservada. A propriedade camponesa como tal não vai desaparecer. Há muitos camponeses proprietários que continuarão proprietários. Por outro lado há camponeses sem terra, trabalhando na qualidade de arrendatários, parceiros meeiros, e várias outras modalidades. Nesses casos deverá haver uma legislação permitindo que esses camponeses deixem de ser arrendatários para serem proprietários. Nesse caso o que se vai fazer é formalizar uma situação que já existia de fato, com a diferença de que esses camponeses não precisarão mais pagar uma renda sobre a terra. De forma que a política do INRA não é de eliminar a pequena propriedade camponesa, ao contrário, aqueles que já trabalham a terra sem serem proprietários terão a oportunidade de se tornarem proprietários. O camponês pequeno proprietário continuará existindo, mas as grandes propriedades, eficientes e modernas, de Somoza, essas não serão divididas e retalhadas em pequenas propriedades. Serão geridas como propriedade coletiva.

(Como será feito isso? Os camponeses passarão a empregados do Estado? Irão morar dentro dessas fazendas, fora delas? Terão participação nos destinos dessas fazendas?)

«As outras propriedades, não estratégicas, serão geridas de forma associativa; a administração será basicamente dos próprios trabalhadores, mas existirá sempre um assessor do INRA»

— Essas propriedades assumirão duas formas principais. As propriedades que nós chamamos de estratégicas, ou seja, as de mais alta produtividade, ou que fornecem produtos de exportação em volume apreciável, serão transformadas em empresas estatais. Os trabalhadores irão participar na direção dessas através de suas representações sindicais. Os trabalhadores poderão opinar sobre os planos de cultivo. Quanto aos excedentes, haverá, é claro, uma política geral de aplicação dos lucros, mas os trabalhadores poderão opinar, através de suas representações, sobre o destino de uma parcela, pelo menos, desses excedentes. O administrador dessas empresas será designado pelo Estado, mas nós acreditamos que haverá mecanismos pelos quais os trabalhadores poderão questionar essas administrações e até mesmo removê-las, se se mostrarem inconvenientes. Mas ainda não temos a menor idéia de como seriam esses mecanismos.

— O segundo tipo de propriedade será de modelo associativo. As terras serão de propriedade coletiva e os trabalhadores terão uma participação muito maior nas decisões, e também no destino dos excedentes. A administração será basicamente dos trabalhadores, e existirá um assessor do INRA. O que vai deter-

minar se uma propriedade será estatal ou do tipo associativo será principalmente a forma como está organizada a produção nessa propriedade.

(— Se um camponês quiser terras para si, para cultivar, receberá essas terras?)

— A política geral do INRA será de estimular a associação, nem que seja nas etapas de compra de insumos, e na venda do produto final, e de estimular as formas mais produtivas de trabalho agrícola, estimular a produção. Não é política do INRA estimular a multiplicação de uma grande comunidade de pequenos proprietários rurais.

(Pergunto: A frente Sandinista, ou a Junta do Governo decidiu consensualmente por essa política? Houve divergências sensíveis no interior da Frente ou da Junta?)

— Essa foi a decisão consensual. Duas outras propostas foram rejeitadas. Por um lado rejeitou-se a proposta de limitar o tamanho das propriedades e por outro não se aprovou também a idéia de vender as terras de Somoza pela melhor oferta.

Peço emprestado do francês o livro de Wheelock. Os jornalistas só fazem perguntas "a favor." Decido provocar e leio:

«La formación de las grandes fincas de café se llevó a cabo a lo largo de una historia de expropiaciones, lanzamientos y violencias contra el campesinado... Sandino, cuya guerra antiimperialista tenía un profundo contenido clasista, derrogo todas las leyes de medición y en algunos casos, fueran devueltas las tierras usurpadas a los pequeños productores...»

Pergunto se os sandinistas não pretendem devolver todas essas terras tomadas à força ou truques, como fez Sandino.

Salvador Mayorca:

— De quien es eso?

— Del libro de Wheelock, escrito antes de la victoria, y de ser ministro para la reforma agraria.

Mayorca, sem jeito, mas logo se recompõe:

— La procuraduría es que determinará queales fueron las tierras adquiridas por métodos ilegítimos, o propiedades de somozistas. Solamente esas serán confiscadas, y no serán repartidas sino estatizadas.

Próximo Capítulo: No Tribunal Revolucionário

Sensacional Lançamento

DIA 23 de novembro - sexta-feira
— às 19 horas

Venha tomar um vinho e conhecer os autores do livro mais polêmico da atualidade: SEXO e PODER

O LIVRO MAIS CONDENADO PELA TFP

Livraria ZAPATA
Rua DR. Homem de Melo, 446 —
Fone: 864-0077 - Perdizes

A Cooperativa de Jornalistas do ABC/Xavante Editorial promove o Show Canto Novo.

Dia 23/11 às 20h no Teatro Paulo Machado de Carvalho, São Caetano do Sul (Bairro Santa Maria)

Rua Conde de Porto Alegre, 860

Participarão: Grupo Tarancón, Bendegó, Maria Déia, Odair Cabeça de Poeta e Grupo Capote, Maria Marta, Miranda, Terra Sol. Filó, Saulo, Jorge Mello e Celso Machado. O ingresso único custa cem paus.

igreja matriz pode ser vista ao longe. Meia hora depois chegamos a Granada. Cidade conservadora, lugar de comerciantes, sempre em oposição a León, de fama liberal. Somoza sobreviveu e foi cavando seu império e ganhando força em parte graças a essa rivalidade entre as oligarquias de Granada e León. Manágua surgiu como capital, por esse mesmo motivo. A cidade é pequena. Apenas algumas ruas centrais, as outras de terra, tomadas já por casas miúdas, de madeira cruzada e estuque de barro. A um canto da cidade, o quartel antigo, de forma pentagonal; cinco torres erguem-se ameaçadoras a uma altura de uns 60 metros. La Pólvora, chama-se. O rádio havia anunciado pela manhã que soldados sandinistas haviam encontrado cadáveres de vítimas da repressão somozista, enterrados dentro do próprio pátio do La Pólvora, Alberto Araya, pseudônimo, "Ali", 21 anos, combatente da Frente Sul. Agora um dos encarregados dessa unidade que ocupa o La Pólvora, transformando em sede a da Polícia Nacional Sandinista. O quartel foi tomado a 17 de julho. — Estávamos fazendo uma faxina geral quando tombou uma barrica de óleo. A terra ardeu e saiu aquele fedor de morte. Começamos a cavar e apareceu o primeiro corpo. Não se sabe de quem, mas o forense estabeleceu, provisoriamente, pelo grau de composição, que estava enterrado há uns noventa dias.

No pátio do quartel — faixas estreitas de terra entre as muralhas pentagonais externas e as construções internas — os dois buracos recém cavados. Acredita-se que há mais corpos. Por toda parte escavações. Foram localizados tampões de cimento; em baixo, grandes compartimentos subterrâneos, providos de saídas muito pequenas. Podem ter sido parte de um sistema de drenagem de água ou saída de esgoto. Os soldados garantem que são buracos onde eram mantidos presos, isolados de todo o mundo; jaulas como as que ficaram famosas no Vietnã. Apontam para um outro sistema de manilhas e depósitos que seriam, esses sim, esgoto.

Manoel Oroco Lacayo, pseudônimo Tomás, 23 anos, solteiro, combatente. Foi preso político em La Polvora:

— Foi depois de um assalto numa indústria, em que conseguimos 125 mil córdobas. Eu era empregado nessa indústria e tinha contato com todos os companheiros do operativo que realizou o assalto. Me trouxeram aqui no La Polvora e me levaram a um quarto — o quarto escuro como chamavam — e ali me puseram corrente elétrica, para que eu falasse. Eu nunca falei nada porque sabia que isso ia prejudicar meus três companheiros. Fui interrogado oito vezes durante o dia, e não me deram comida. Quem me ajudou foi um tenente que me conhecia e disse que eu não era sandinista. Depois de três dias me soltaram. Tinha lá um companheiro de Masaya, que era chamado de "pajaro", e foi preso com uma pistola na mão, e também outro companheiro encontrado na montanha com uma mochila e várias granadas. Os corpos deles foram encontrados no banhado. Cinco dias depois. Amarrados por detrás.

De La Polvora seguimos para uma transversal próxima onde está havendo o velório de um combatente sandinista. Guilherme José Peña, 23 anos, pseudônimo "Aldo." Morreu estupidamente quando a arma de outro soldado disparou por acidente. Soldados sandinistas montam guarda solene na sala apertada da casa simples. Mulheres choram. Bandeiras. Fala-se que muitos dos tiroteiros na madrugada acontecem porque os meninos ficam o dia inteiro de fuzil na mão, e quando chega a noite disparam por qualquer besteira, compulsivamente.

— Siguen jugando la guerra.

Do velório seguimos para outra delegacia da Polícia sandinista. Um sobrado casa agradável. Na parede do fundo do pátio interno, o mural recém pintado, com cenas da luta guerrilheira. A epopéia de Pancasán. Ao lado a inscrição:

PANCASÁN DEPTO DE MATAGALPA

Jornada Heroica el 27 de Agosto de 1967, massacre en que calleron muchos companeros entre ellos Silvio Mayorca, pueblo-ejército, unidad garantida de la victoria — FSLN. Recuerdo de los companeros Marcos y Casimiro, los impulsores deste mural. O muralista, pintor de paredes José Maria Sepeda, posa ao lado orgulhoso. O mascote da turma desce para a foto. José Garcia, Alvarado, pseudônimo Manoel, tem apenas 13 anos. Combatente de armas na mão desde setembro de 78. O fuzil é maior do que ele. Ferido numa perna, já depois da vitória, com a explosão de uma bomba terrorista. Diz que vai continuar na milícia.

Bolívia Um golpe que não se firmou

Por Paulo José

Na Bolívia o coronel Natusch Busch era conhecido antes do golpe pelas repressões sangrentas a camponeses que ele ordenou quando ministro do general Banzer e também pela sua paixão pelo pôquer. Entretanto, sua mais nova jogada, o golpe de 1º de novembro passado, seguido de feroz repressão à resistência popular, vai caracterizando-o como líder do primeiro golpe militar na Bolívia que não conseguiu se consolidar. Pelo contrário, a aventura do coronel tornou evidente a divisão nas forças armadas daquele país e criou condições para que o descontentamento e até mesmo a revolta pudessem se manifestar sob a forma de resistência ativa e armada ao pretendido novo regime.

A ditadura banzerista

Sete anos de ditadura banzerista (71/78) agravaram num estilo semelhante ao do Brasil as condições de vida e de trabalho do povo boliviano. A dívida externa multiplicou-se por seis, os salários

perderam metade do valor, a corrupção correu livre e a rica Bolívia está hoje metida numa forte crise econômica. No último período da ditadura banzerista (76/78) o movimento camponês, até então a base de apoio do regime através dos caciques que garantiam o pacto militar-camponês posto de pé por Barrientos, entrou em ebulição. A feroz repressão aos camponeses do altiplano, dirigida pelo coronel Busch, jogou por terra o pacto, isolando socialmente e politicamente a ditadura Banzer. A greve de fome de janeiro do ano passado serviu de detonador para a explosão social e os mineiros, trabalhadores urbanos e estudantes vieram se juntar aos camponeses.

Obrigado a convocar eleições, Banzer ainda tentou fazer seu sucessor através de uma descarada fraude eleitoral. Este, o general Asbún, se agüentou no poder 4 meses, até que novo golpe, dirigido pelo general Padilla, assumiu o compromisso das eleições que foram realizadas em final de junho deste ano.

Em agosto do ano passado, numa conversa com lideranças da UDP (Unidade Democrática Popular) e Marcelo Quiroga Santa Cruz (dirigente do Partido Socialista), ficava evidente o desconcerto desse expressivo e majoritário setor da esquerda boliviana com a crise política que viviam. Concretamente, um movimento popular que em poucos meses havia recuperado sua combatividade agora fortalecida pela ampla participação dos camponeses, surpreendia não só o regime militar mas sobretudo a oposição de esquerda.

Nessas condições a oposição de esquerda foi muito mais beneficiária da agitação e das lutas populares nas eleições de julho de 78 do que condutora de uma luta política pelo fim da ditadura. Manifestando maior ou menor consciência desse processo, as diferentes correntes que compõem a UDP, assim como o PS e outras organizações de esquerda, se lançavam num trabalho intenso de organização dos trabalhadores e dos camponeses e de preparação para os próximos e inevitáveis enfrentamentos.

A subida de Guevara Arce

Buscando neutralizar a radicalização crescente do movimento popular, o golpe de novembro do ano passado, dirigido pelo setor dito constitucionalista das forças armadas, tendo à frente o general Padilla, derruba Asbún para assegurar a realização das eleições deste ano na expectativa de fazer voltar ao poder, pela via eleitoral, o velho dirigente populista Victor Paz Estensoro. Realizadas as eleições em junho passado, a UDP de Siles Suazo sai majoritária em número de votos e o MNR obtém a maioria parlamentar, criando-se um impasse. Guevara Arce, o presidente agora deposto, foi a solução de compromisso, que deveria preparar as próximas eleições.

O ascenso das massas

A partir de agosto passado o novo congresso eleito se reúne e Marcelo Quiroga, com o apoio de parlamentares da UDP, começa o processo sobre a ditadura banzerista e da intervenção direta dos militares na vida política de país. As denúncias de corrupção, dos acordos secretos com o Brasil e outras sobre os sete anos do governo do general Banzer agitam os militares. Animados pela burguesia de Santa Cruz - conhecida por suas relações privilegiadas com o Brasil e por organizar grupos para - militares que nas últimas eleições impediram que Siles Suazo, candidato a presidência pela UDP fizesse um comício na cidade e no Beni, região fronteira do Brasil - os militares liderados por Busch decidem pôr termo à crescente instabilidade do poder. No primeiro momento a imprensa, de um modo geral, noticiou piedosamente mais um golpe na Bolívia, seguido de violenta repressão. De fato, os golpistas não tiveram dificuldades para assumir o controle da região de Santa Cruz e do Beni. Mas os trabalhadores de La Paz e Cochabamba, assim como os camponeses do altiplano e os mineiros, iniciaram uma greve geral acompanhada de um movimento de resistência que impediu a consolidação do golpe e vai aprofundando a crise política do regime.

Entretanto, no plano político a evolução recente dos acontecimentos deixa evidente que os trabalhadores ainda não conseguiram forjar uma expressão política própria, capaz de impor uma solução revolucionária para a crise. Agora já se sabe que muitos parlamentares da UDP pretendiam apoiar, ainda que condicionalmente, o golpe, da mesma forma que o PCB procura uma solução conciliatória - vale dizer, capitulacionista - para o impasse criado pela resistência popular ao golpe. Quanto à COB (Confederação Operária da Bolívia) que dirigiu a greve geral, ela está disposta a discutir com as forças armadas e o congresso uma solução institucional, ainda que não esteja disposta a participar diretamente do governo.

Relação EUA — Irã:

Um beco sem saída

A santidade da representação diplomática americana em Teerã foi violada, e os iranianos estão dispostos a manter os funcionários americanos reféns até que o Xá seja extraditado.

As tradicionais forças mediadoras foram retumbantemente rechaçadas. O emissário do Papa ouviu o que não queria: "Nos vinte anos de repressão sangrenta que o povo iraniano sofreu do Xá, não escutamos nenhuma vez a voz da Igreja". O enviado de Carter nem conseguiu descer do avião, proibido de falar com qualquer iraniano. Só sobrou Iasser Arafat, da OLP, que também é muçulmano xiita, e assim mesmo com ressalvas.

Nesse mundo em processo de desencantamento, isso não deveria causar nenhuma surpresa, pois afinal, como dizem os adeptos de Khomeini, o Xá é tão criminoso quanto Hitler. Mas, depois de alguns anos de propaganda anti-árabe em toda imprensa americana, a coisa foi sentida como um tapa na cara da dignidade do país, e em todo os EUA os trogloditas exigem retaliação, tal como uma operação tipo James Bond, que recuperasse os reféns e ainda desse uma lição nesses bárbaros orientais. Tudo isso num momento bastante próximo das eleições presidenciais em que o presidente terá de lutar com Kennedy para conseguir a indicação de seu partido.

Carter, além de desgastado, está agora numa encruzilhada: Uma ação militar não parece possível: qualquer força dos EUA que violar o espaço aéreo do Irã só conseguirá precipitar o fuzilamento dos reféns antes de chegar a Teerã. Sanções econômicas só conduziriam o Irã para os braços dos diversos concorrentes dos americanos, e não impediriam a morte dos reféns. Assim o jeito parece ser negociar... mas como? Mandando o Xá curar seu câncer em outras bandas?

Mas o Irã está um mar de rosas

Quem pensa que a ebulição social cessou depois da queda do Xá engana-se. Os operários dos setores de ponta da economia — petróleo e metalúrgicos avançaram muito em direção à autogestão das empresas nacionalizadas, passando por cima do "capitalismo moralizado" dos Imans conseguindo, como no caso da Ex-General Motors, praticamente a nivelção de salários. Isso sem falar nas exigências de genuíno controle operário nas refinarias do Kurdistan onde os prepostos de Khomeini foram praticamente rechaçados — E para desespero das forças de repressão, os curdos começam também a formar milícias de auto-defesa para protegerem-se dos muçulmanos de direita e dos adeptos do antigo regime.

A questão das minorias raciais continua de pé, e o fervor xenóforo de Khomeini não consegue evitar a expressão do descontentamento dos árabes e curdos, bem como das mulheres anti-véu. Por outro lado os pescadores se revoltam contra a tentativa de monopólio estatal da pesca chegando a formar conselhos de representantes para dirigir as pequenas cidades costeiras que habitam e para negociar com o poder central.

Numa dessas, a luta pela extradição do Xá, aparece como a clássica operação de unir a população contra um inimigo externo, desviando assim as atenções antes voltadas para a resolução da questão social no país.

CICLO DE CINEMA

Sindicato dos bancários de São Paulo

Próxima apresentação: "Os vencidos" de Michelângelo Antonioni, 1952
Data: 24-25/11 (Sábado e domingo) às 18 e 20 horas.
Local: Rua Florencio de Abreu 270 Centro SP
Ingresso: Cr\$ 20,00
Bancários e Metroviários sindicalizados: Cr\$ 10,00

Vamos fazer desta terra um país de leitores

— Leia Livros sempre bateu nesta tecla

ASSINE

LEIA
LIVROS

NOME
ENDEREÇO
CEP CIDADE
ESTADO PAÍS

Envio anexo, cheque nominal (ou vale postal) de Cr\$360,00 para Editora Leia Livros Ltda. em pagamento de uma assinatura de 12 exemplares do jornal Leia Livros. Assinatura para qualquer lugar no exterior: US\$27.

Assinatura

ENVIAR PARA CAIXA POSTAL 30.273 — CEP 01000 — SÃO PAULO — SP

Caso não queira inutilizar esta página, envie-nos uma carta.

EM TEMPO

Rua Mathus Grou, 57 - Pinheiros
São Paulo - CEP 05415 - Telefones:
289-4759-853-6680
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:
Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte, (Suplentes: Luci Ayalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA:
Flávio Andrade (presidente), Carlos

Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.
EDITOR-CHEFE:
Carlos Tibúrcio
DIRETOR RESPONSÁVEL:
Robinson Ayres.
REDAÇÃO: Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Relson Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olgária Matos, Elisabeth Lobo, Roberto Gram, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, Flávio Aguiar.
ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi.
ILUSTRAÇÃO: Sian, Martinez, Cadinho, Claudio Natal, Beto

209)

IOS: Jesus Carlos, Ennio Brauns Filho.
SUCURSAS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Léléo Santos, Mauricio Godinho, Paula Regis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo. Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schmer, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro: (Praia do Botafogo, 316, Sala 209) Lerner, Paulo Ca-

valcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba. Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 1.º andar - Sala 41) — Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparie S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte - Telefone: 335-7773. Distribuidora: Superbancas Ltda. R. Ubaldino do Amaral, 42 — RJ. Composição e Impressão: Empresa Jornalística AEA Ltda. Av. Liberdade, 704 - São Paulo - SP. Fone: 278-9010.

Leia e assine

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Semestral Cr\$ 120,00

Anual Cr\$ 240,00

Anual para o exterior \$ 70

Cheque nominal para Editora Avante Ltda.
Rua Itapeva, 28 — Bela Vista,
CEP 01332 — São Paulo

Nome: _____

Endereço: _____ Cep: _____ Estado _____

Bairro: _____ Profissão: _____ Cidade: _____



NICARAGUA LIBRE

Viagem à Revolução Sandinista

Por Bernardo Kucinski

5 — A Reforma Agrária

Cerca de 40 por cento das terras ficarão sob controle do governo.

A caminhoneta repleta de passageiros roda em direção ao Sul cortando ao meio a meia lua que é Manágua. Sobe e depois desce, contornando pela esquerda, a colina onde Somoza tinha suas fortificações; atinge o cruzamento de onde parte a carretera de Masaya. Ali passam as jardineiras sempre cheias e animadas em direção a Masaya, distante uns 30 quilômetros, ou Granada, mais ainda para o Sul, já à beira do grande Lago de Nicarágua. Pequenas barracas de feira. Garotos vendem o "La Barricada", órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional. A primeira página é dedicada inteiramente a Rigoberto Lopez Perez que nesse mesmo dia 21 de setembro, há 23 anos, matou Anastasio Somoza Garcia, o fundador da dinastia.

Surge um ônibus para Masaya. Subo.

Notícia de Jornal
LA BARRICADA

O INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA JÁ CONTROLA 40% DAS TERRAS CULTIVÁVEIS.

De acordo com uma exposição do companheiro Roberto Gutierrez, responsável pela escola técnica de capacitação do INRA, 40% das terras cultiváveis está sob controle do governo. Toda essa terra pertencia a Somoza e sua quadrilha de ladrões, o que dá uma idéia do poder que detinham.

Disse que o conceito de Reforma Agrária tem sido sempre manipulado pelas classes dominantes... Quando o imperialismo em Punta del Este pediu aos governos que aplicassem a reforma agrária estava escandalizado pela vitória da Revolução Cubana. Mas aquela convocação de reforma agrária nada mais foi do que a criação de mecanismos ainda mais sofisticados para despojar os camponeses de suas terras, e isso Somoza e sua camarilha fizeram muito bem feito.

O companheiro Gutierrez acrescentou que na Nicarágua nunca se pôs em prática uma reforma agrária e o que Somozismo fez foi estabelecer alguns projetos de colonização com objetivos claramente anti-insurrecionais, para que os camponeses não dessem apoio aos sandinistas.

Gutierrez declarou que nossa produção agrícola se baseia num modelo agrário exportador altamente tecnificado, em especial nas áreas do algodão, do café, do açúcar e do gado. Uma produção que vai para fora e não para atender as necessidades internas, e que esse será um dos problemas a serem tratados pela Revolução Sandinista.

... Com a Revolução Sandinista está se fazendo uma verdadeira reforma agrária. Além disso, está se pondo a produzir os latifúndios que os geólogos mantinham ociosos.

...O sistema agro-exportador ganha o ano todo, mas o mesmo não acontece com o camponês, convertido em trabalhador sazonal, ficando muito tempo sem produzir e sem emprego, e portanto sem salário. O INRA está procurando resolver isso também...

Declarou o companheiro Gutierrez que a Reforma Agrária que está sendo impulsionada pelo INRA é uma das aspirações mais profundas das massas camponesas, e que para isso se conta com 40% por cento das terras cultivadas do país, e que ele chamou de "o capital com que se conta para a Reforma Agrária".

"Essas terras são agora propriedade social, propriedade do povo."

«Nosso camponês tem a mentalidade de pequeno proprietário, quer possuir sua própria terrinha, mas já se nota uma disposição para participar de fazendas estatais.»

A jardineira chega a uma nova encruzilhada. Quilômetro oito da carretera de Masaya: é ali a sede do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Alguns soldados montam guarda, relaxados, no portão da frente do casarão de muros altíssimos. Um dos soldados deve ter apenas 13 ou 14 anos. Dentro os salões vazios. Numa saleta lateral, pilhas de sacaria com adubos fosfatados. Numa mesinha, folhetos de um PROCAMPO — programa de estímulos e financiamentos ao pequeno produtor rural. O nome poderia ter sido inventado em Brasília.



Arquivo EM TEMPO

Folhetos legados ainda de Somoza. Alguma coisa deve-se dar às pessoas que vem ao INRA.

Um francês, sociólogo e jornalista, procura sem sucesso informações sobre o campo na Nicarágua. Mapas, tabelas, dados de população, produção, qualquer coisa. Edita uma revista geográfica em Paris. Parece desesperado com a falta de dados. O que tem é o que está no livro de Wheelock. Dados velhos. Os mais novos, exportações dos principais produtos agrícolas, vão até 1972:

	1950	1970	1972
Café	17,3	32,1	33,0
Açúcar	0,71	9,8	15,2
Algodão	1,8	32,3	62,9
Carne	—	26,6	38,2
Ouro	8,0	3,8	3,1
Exportações totais (em milhões de dólares)	34,2	178,6	249,7

Impressionante a queda na participação do café, com papel tão importante na formação da economia Nicaraguense. O algodão e a carne, tomam a dianteira.

Os dados de distribuição da Terra são de 1963. Mas dificilmente terão mudado nos últimos 16 anos de forma significativa:

Nº de unidades agrícolas	%	Área	%
Total	102.000	100	5.461.162
Minifúndio	51.936	50,8	190.108
Latifúndio	575	0,6	1.664.638

Wheelock define minifúndio como propriedades com menos de 10 manzanas, ou seja, menos de 6,7 hectares. E latifúndio como a que tem 1.000 manzanas ou mais, ou seja, 670 hectares ou mais. O que não consta da tabela, portanto, perto de 65% da área de propriedades agrícolas, e metade do número total de propriedades, são de tamanho médio, nem latifúndios, nem minifúndios. Mesmo assim é impressionante a concentração de um terço de toda a área em mãos de apenas 575 proprietários, pouco mais de meio por cento do

total de proprietários agrícolas. Wheelock revela ainda que o latifúndio detinha:

92% da produção total de algodão do país
73% da produção total de café
73% da produção total de açúcar.

O latifúndio típico, empregava, como pessoal administrativo:

- 1 mandador, ou administrador
- 1 chefe de máquinas
- 1 contador
- 3 apontadores
- 20 capatazes

O fazendeiro quase nunca participava diretamente da gestão da propriedade. Era na maior parte do tempo um ausente. Quem mandava era o "mandador", autoridade máxima, com a faculdade de contratar e despedir. Homem de confiança do patrão, mas ele mesmo um assalariado. Ganhava de 400 a 500 córdobas por mês "con comer". Os trabalhadores agrícolas, para se ter uma idéia, recebiam 4 a 6 córdobas por dia de trabalho — e nem todo dia era dia em que havia trabalho (bóias frias; trabalho de crianças e mulheres, jornadas longas de trabalho, número grande de acidentes; moradias insalubres).

Encontramos numa saleta envidraçada, uma espécie de assessoria de imprensa. Juan Escobar, alto funcionário do INRA, anuncia que haverá uma entrevista coletiva às duas da tarde. Então teremos todas as informações. Com paciência conseguimos que ele fale um pouco antes mesmo da coletiva.

— Quando a guerra terminou, só faltavam duas semanas para o fim da sementeira "postrera". De forma que a primeira medida foi promover a sementeira enquanto ainda havia um pouco de tempo, auxiliar os camponeses nessa sementeira, tanto os que haviam ocupado terras como qualquer outro. Combinamos com os camponeses que poderiam semear a "postrera" mas depois seriam removidos para fazendas estatais, no caso de terras que eles não pudessem ocupar de forma permanente. Quando os proprietários exigiram pagamento de renda, o próprio INRA pagou entre 100 e 150 córdobas de aluguel por cada manzana. Antes costumava-se pagar em torno de 250 córdobas.

O francês quer saber se houve muita

ocupação de terras. Onde, que tipo de terras, de culturas.

Escobar, de má vontade:

— Houve muita ocupação de terras em Chinandega, em León, em Esteli, Matagalpa. Em León, fins de julho, pouco antes da vitória final, haviam sido criadas já as Unidades Produtivas Agrícolas Sandinistas.

O francês inicia uma complicada explicação de como durante a revolução cubana Fidel Castro obtinha ou deixava de obter apoio dos camponeses conforme a natureza da produção agrícola de cada região.

Escobar:

— Nosso camponês tem a mentalidade de pequeno proprietário, quer possuir sua própria "terrinha", duas ou três manzanas. Mas se nota uma disposição para participar de fazendas estatais. Essa é a tendência no INRA. Formar fazendas estatais onde os camponeses recebam salários, mas eles mesmo decidam sobre os seus excedentes. cremos que as cooperativas serão pouco produtivas, enquanto as unidades estatais atingirão o máximo de produção possível. Até mesmo lotes de terra hoje desconexos poderiam ser unidos e estatizados.

O francês pergunta se o modelo é das "granjas del pueblo", as fazendas estatais cubanas.

Escobar:

— O modelo adotado tenta aliar as vantagens da modernização, da agricultura americana, por exemplo, com a experiência da coletivização cubana.

Digo ao francês que o projeto segue muito de perto o estudo da CEPAL. A coletivização é controlada pelo Estado, pela burocracia estatal e sandinista, e não por órgãos autônomos da massa. Além disso, a propriedade rural não somozista permanece incólume. O francês diz que não é só com a questão agrária, a questão da reforma urbana, transportes, saúde, tudo segue os projetos reformistas da CEPAL, inclusive projetos elaborados anteriormente para o próprio Somoza. O truque está em confinar a ação confiscatória à propriedade somozista. Pergunto a Escobar, afinal, como se define um somozista.

— Eram chamados de "guardieros", eram os que durante o tempo de Somoza usavam a Guardia para ganhar qualquer briga.

Ficamos de voltar para a entrevista coletiva das duas da tarde.

Apanho outra jardineira, para Masaya. A máquina fotográfica invariavelmente chama a atenção e convida para a conversa. Ao meu lado um sujeito de complexão forte. Pela janela, à direita, mato ralo recoberto por pedras irregulares, queimadas: Cinzas vulcânicas. De uma elevação mais pronunciada sai fumaça branca que à primeira vista se confunde com as nuvens baixas. Estamos no topo da região montanhosa que separa os dois lagos.

— El vulcán Santiago, o sujeito forte explica, apontando com o dedo.

Pergunto se tem estado sempre assim, soltando fumaça.

— Não. Era apagado. Isso de sair fumaça de novo aconteceu há uns dez ou doze anos, depois que o major Morales atirou Tejada na cratera do vulcão.

David Tejada, ele explica, era um estudante, militante de oposição, que foi assassinado dessa forma pelo major Morales, chefe de polícia.

«O modelo adotado tenta aliar as vantagens da modernização da agricultura americana por exemplo, com a experiência da coletivização cubana.»

A estrada atravessa a região mais habitada do país: sucedem-se vilarejos, bifurcações, motéis e restaurantes de luxo, sugerindo como deveriam ser as notadas somozistas, Clubes privados. Algumas chácaras de fins-de-semana. Destroços de caminhões ou restos de um galpão atingindo pelos morteiros.

A jardineira passa ao longo de Masaya, cuja